

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	18
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	51

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	121
	123

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	115.299
Preferenciais	0
Total	115.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	370
Preferenciais	0
Total	370

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	23/05/2011	Ordinária		0,34300

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	7.483.500	7.309.840
1.01	Ativo Circulante	691.882	649.909
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	146.413	75.793
1.01.03	Contas a Receber	507.169	534.600
1.01.03.01	Clientes	463.269	434.851
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	43.900	99.749
1.01.03.02.01	Impostos a Compensar	31.230	30.879
1.01.03.02.02	Convênio de Cooperação Técnica	2.593	0
1.01.03.02.03	Bancos e Aplicação de Convênios	10.077	12.505
1.01.03.02.04	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	0	56.365
1.01.04	Estoque	26.989	25.760
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.311	13.756
1.01.08.03	Outros	11.311	13.756
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Empregados	8.276	11.068
1.01.08.03.02	Diversos	3.035	2.688
1.02	Ativo Não Circulante	6.791.618	6.659.931
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	924.420	916.073
1.02.01.03	Contas a Receber	368.956	339.924
1.02.01.03.01	Clientes	211.296	182.335
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	157.660	157.589
1.02.01.06	Tributos Diferidos	220.235	236.126
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	220.235	236.126
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	63.244	59.970
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	63.244	59.970
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	271.985	280.053
1.02.01.09.03	Ativos Financeiros - Contratos de Concessão	271.985	280.053
1.02.02	Investimentos	22.063	263
1.02.02.01	Participações Societárias	22.063	263
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	263	263
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	21.800	0
1.02.03	Imobilizado	108.368	111.864
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	108.368	111.864
1.02.04	Intangível	5.736.767	5.631.731
1.02.04.01	Intangíveis	5.736.767	5.631.731
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.183.740	3.169.888
1.02.04.01.02	Intangível em Andamento	2.553.027	2.461.843

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	7.483.500	7.309.840
2.01	Passivo Circulante	747.510	688.992
2.01.02	Fornecedores	123.891	120.135
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	123.891	120.135
2.01.03	Obrigações Fiscais	39.516	43.535
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	38.834	42.729
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	38.834	42.729
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	682	806
2.01.03.03.01	ISSQN	682	806
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	265.504	247.328
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	164.629	149.960
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	158.789	144.541
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.840	5.419
2.01.04.02	Debêntures	100.875	97.368
2.01.04.02.01	Não Conversíveis	100.875	97.368
2.01.05	Outras Obrigações	167.933	141.638
2.01.05.02	Outros	167.933	141.638
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	103.180	66.859
2.01.05.02.04	Plano de Previdência Complementar	11.526	17.769
2.01.05.02.05	Energia Elétrica	27.313	27.565
2.01.05.02.06	Convênio de Cooperação Técnica	0	1.492
2.01.05.02.07	Obrigações Diversas	25.914	27.953
2.01.06	Provisões	150.666	136.356
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	150.666	136.356
2.01.06.01.05	Parcelamento de impostos	40.733	36.370
2.01.06.01.06	Provisão para Férias e 13º Salário	75.057	72.854
2.01.06.01.07	Participação dos Empregados nos Lucros	34.876	27.132
2.02	Passivo Não Circulante	2.460.835	2.436.520
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.882.502	1.862.844
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.174.792	1.161.079
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.127.136	1.112.039
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	47.656	49.040
2.02.01.02	Debêntures	707.710	701.765
2.02.01.02.01	Não Conversíveis	573.795	568.025
2.02.01.02.02	Conversíveis	133.915	133.740
2.02.02	Outras Obrigações	238.137	249.011
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	32.358	27.957
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	32.358	27.957
2.02.02.02	Outros	205.779	221.054
2.02.02.02.03	Plano de Previdência Complementar	145.850	154.509
2.02.02.02.04	Energia Elétrica	11.935	17.219
2.02.02.02.05	Diversas	43.662	42.827
2.02.02.02.06	Receita Diferida	4.332	6.499
2.02.03	Tributos Diferidos	46.654	44.145
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	46.654	44.145
2.02.04	Provisões	293.542	280.520

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	293.542	280.520
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	43.269	54.538
2.02.04.01.05	Parcelamento de Impostos	218.318	192.868
2.02.04.01.06	Provisão para Contingências	31.955	33.114
2.03	Patrimônio Líquido	4.275.155	4.184.328
2.03.01	Capital Social Realizado	2.636.460	2.636.460
2.03.02	Reservas de Capital	3.782	3.782
2.03.02.07	Debêntures Conversíveis	3.782	3.782
2.03.04	Reservas de Lucros	1.544.086	1.544.086
2.03.04.01	Reserva Legal	146.587	146.587
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.395.821	1.395.821
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	10.868	10.868
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-9.190	-9.190
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	90.827	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	776.139	729.646
3.01.01	Serviços de água	440.577	418.623
3.01.02	Serviços de esgoto	157.673	141.852
3.01.03	Receitas de construção	177.889	169.171
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-454.170	-431.518
3.02.01	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-279.250	-267.335
3.02.02	Custo de Construção	-174.920	-164.183
3.03	Resultado Bruto	321.969	298.128
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-107.872	-130.726
3.04.01	Despesas com Vendas	-39.847	-42.357
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-77.290	-76.721
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	34.069	12.098
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-20.403	-18.050
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.401	-5.696
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	214.097	167.402
3.06	Resultado Financeiro	-19.158	-9.933
3.06.01	Receitas Financeiras	20.279	29.514
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.437	-39.447
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	194.939	157.469
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-64.692	-43.986
3.08.01	Corrente	-64.692	-43.986
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	130.247	113.483
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	130.247	113.483
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,13000	0,99000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,11000	0,97000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	265.672	325.523
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	229.849	215.309
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	130.247	113.483
6.01.01.02	Provisão p/ Crédito Liquidação Duvidosa	9.970	14.307
6.01.01.03	Recuperação de Contas Baixadas	-7.671	-2.732
6.01.01.04	VM/Juros auferidos sobre Contas Receber de Clientes	-2.772	-9.574
6.01.01.05	Imposto Renda e Contr. Social Diferido	18.400	5.719
6.01.01.06	VC sobre Caução Garantia Financiamento	591	-521
6.01.01.07	Rendimento s/ Caução Garantia Financiamento	-1.996	-1.138
6.01.01.08	VM s/ Empréstimos a Controladas	-1.560	-918
6.01.01.09	Resultado da Equivalência Patrimonial	4.401	5.696
6.01.01.10	Baixas Líquidas Intangível e Imobilizado	242	1.489
6.01.01.11	Depreciação e Amortização	76.486	66.668
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos	22.125	19.125
6.01.01.13	VM/VC sobre Empréstimos	1.170	2.609
6.01.01.14	Parcelamento Impostos e Prov. Tributária	-11.270	7.050
6.01.01.15	Provisão para Contingência	-1.159	-3.844
6.01.01.16	Provisão para Passivo Atuarial	-5.557	1.555
6.01.01.17	Juros e VM sobre Dívida Previminas/Cemig	6.823	5.818
6.01.01.18	Receita Diferida	-2.384	-140
6.01.01.19	Ativos Financeiros	-6.237	-9.343
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	35.823	110.214
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-17.027	-5.158
6.01.02.02	Estoques	-1.229	1.022
6.01.02.03	Impostos a Compensar	-351	-2.369
6.01.02.04	Bancos e Aplicação de Convênios	2.428	312
6.01.02.05	Caução em Garantia de Financiamentos	-2.141	370
6.01.02.06	Aplicação Financeira Vinculada	3.441	1.179
6.01.02.07	Créditos com Controladas	-1.714	-4.329
6.01.02.08	Créditos Diversos	2.479	-546
6.01.02.09	Fornecedores	3.756	-42.393
6.01.02.10	Impostos, Taxas e Contribuições	-4.019	966
6.01.02.11	Provisão para Férias e 13º Salário	2.203	4.029
6.01.02.12	Participação dos Empregados nos Lucros	7.744	7.564
6.01.02.13	Convênio de Cooperação Técnica	-4.085	-2.775
6.01.02.14	Plano de Previdência Complementar	-9.875	-4.049
6.01.02.15	Energia Elétrica	-1.165	-1.034
6.01.02.16	Obrigações Diversas	-987	-75
6.01.02.17	Ativo Financeiro Mantido até o Vencimento	56.365	157.500
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-167.266	-166.804
6.02.01	Adições em Intangível e Imobilizado	-145.466	-166.804
6.02.02	Adições em Investimento	-21.800	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-27.786	-86.906
6.03.01	Captação de Novos Empréstimos	90.160	20.030
6.03.02	Pagamento de Principal de Empréstimos	-57.723	-41.655

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010
6.03.03	Pagamento de Juros sobre Empréstimos	-36.395	-32.868
6.03.04	Pagamento de Juros sobre Capital Próprio	-3.099	-5.800
6.03.05	Pagamento de Principal Previminas/ Cemig	-8.747	-6.536
6.03.06	Pagamento de Juros s/ Previminas/ Cemig	-1.917	-1.868
6.03.07	Pagamento de Parcelamento de Impostos	-10.065	-18.209
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	70.620	71.813
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	75.793	255.902
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	146.413	327.715

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.636.460	3.782	1.544.086	0	0	4.184.328
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.636.460	3.782	1.544.086	0	0	4.184.328
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-39.420	0	-39.420
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-39.420	0	-39.420
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	130.247	0	130.247
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	130.247	0	130.247
5.07	Saldos Finais	2.636.460	3.782	1.544.086	90.827	0	4.275.155

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.636.460	3.782	1.091.174	0	0	3.731.416
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.636.460	3.782	1.091.174	0	0	3.731.416
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-43.673	0	-43.673
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-43.673	0	-43.673
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	113.483	0	113.483
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	113.483	0	113.483
5.07	Saldos Finais	2.636.460	3.782	1.091.174	69.810	0	3.801.226

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	686.296	620.382
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	659.228	617.603
7.01.02	Outras Receitas	26.398	9.365
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.969	4.989
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.299	-11.575
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-152.757	-153.260
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-120.357	-126.182
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.338	-19.388
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-11.062	-7.690
7.03	Valor Adicionado Bruto	533.539	467.122
7.04	Retenções	-76.486	-66.668
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-76.486	-66.668
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	457.053	400.454
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.878	23.818
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.401	-5.696
7.06.02	Receitas Financeiras	20.279	29.514
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	472.931	424.272
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	472.931	424.272
7.08.01	Pessoal	158.767	148.934
7.08.01.01	Remuneração Direta	101.065	92.384
7.08.01.02	Benefícios	41.281	40.921
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.677	8.065
7.08.01.04	Outros	7.744	7.564
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados nos Lucros	7.744	7.564
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	145.294	122.600
7.08.02.01	Federais	142.626	119.947
7.08.02.02	Estaduais	2.453	2.546
7.08.02.03	Municipais	215	107
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.623	39.255
7.08.03.01	Juros	37.991	38.663
7.08.03.02	Aluguéis	632	592
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	130.247	113.483
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	39.420	43.673
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	90.827	69.810

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	7.512.040	7.345.295
1.01	Ativo Circulante	701.811	661.156
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	147.954	77.652
1.01.03	Contas a Receber	512.236	540.865
1.01.03.01	Clientes	466.025	437.574
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	46.211	103.291
1.01.03.02.01	Impostos a Compensar	32.163	31.804
1.01.03.02.02	Bancos e Aplicação de Convênios	12.700	15.122
1.01.03.02.03	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	0	56.365
1.01.03.02.04	Convênio de Cooperação Técnica	1.348	0
1.01.04	Estoques	30.301	28.854
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.320	13.785
1.01.08.03	Outros	11.320	13.785
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Empregados	8.281	11.071
1.01.08.03.02	Diversos	3.039	2.714
1.02	Ativo Não Circulante	6.810.229	6.684.139
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	867.663	861.799
1.02.01.03	Contas a Receber	369.926	340.894
1.02.01.03.01	Clientes	211.296	182.335
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	158.630	158.559
1.02.01.06	Tributos Diferidos	220.674	236.566
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	220.674	236.566
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	277.063	284.339
1.02.01.09.03	Ativos Financeiros - Contratos de Concessão	277.063	284.339
1.02.02	Investimentos	22.060	260
1.02.02.01	Participações Societárias	22.060	260
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	22.060	260
1.02.03	Imobilizado	134.332	137.693
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	132.780	136.291
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.552	1.402
1.02.04	Intangível	5.786.174	5.684.387
1.02.04.01	Intangíveis	5.786.174	5.684.387
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.233.147	3.222.544
1.02.04.01.02	Intangível em Andamento	2.553.027	2.461.843

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	7.512.040	7.345.295
2.01	Passivo Circulante	750.433	692.864
2.01.02	Fornecedores	126.055	122.325
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	126.055	122.325
2.01.03	Obrigações Fiscais	39.831	43.818
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	39.150	43.012
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	39.150	43.012
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	681	806
2.01.03.03.01	ISSQN	681	806
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	265.504	247.328
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	164.629	149.960
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	158.789	144.541
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.840	5.419
2.01.04.02	Debêntures	100.875	97.368
2.01.04.02.01	Não Conversíveis	100.875	97.368
2.01.05	Outras Obrigações	168.053	142.737
2.01.05.02	Outros	168.053	142.737
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	103.180	66.859
2.01.05.02.04	Plano de Previdência Complementar	11.526	17.769
2.01.05.02.05	Energia Elétrica	27.313	27.565
2.01.05.02.06	Convênio de Cooperação Técnica	0	2.462
2.01.05.02.07	Obrigações Diversas	26.034	28.082
2.01.06	Provisões	150.990	136.656
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	150.990	136.656
2.01.06.01.05	Parcelamento de Impostos	40.733	36.370
2.01.06.01.06	Provisão para Férias e Provisão p/ 13º Salário	75.381	73.154
2.01.06.01.07	Participação dos Empregados nos Lucros	34.876	27.132
2.02	Passivo Não Circulante	2.450.213	2.430.246
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.882.502	1.862.844
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.174.792	1.161.079
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.127.136	1.112.039
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	47.656	49.040
2.02.01.02	Debêntures	707.710	701.765
2.02.01.02.01	Não Conversíveis	573.795	568.025
2.02.01.02.02	Conversíveis	133.915	133.740
2.02.02	Outras Obrigações	205.782	221.056
2.02.02.02	Outros	205.782	221.056
2.02.02.02.03	Plano de Previdência Complementar	145.850	154.509
2.02.02.02.04	Energia Elétrica	11.935	17.219
2.02.02.02.05	Diversas	43.665	42.829
2.02.02.02.06	Receita Diferida	4.332	6.499
2.02.03	Tributos Diferidos	65.667	63.993
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	65.667	63.993
2.02.04	Provisões	296.262	282.353
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	296.262	282.353
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	43.269	54.538

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.04.01.05	Parcelamento de Impostos	218.318	192.868
2.02.04.01.06	Provisão para Contingências	34.675	34.947
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.311.394	4.222.185
2.03.01	Capital Social Realizado	2.636.460	2.636.460
2.03.02	Reservas de Capital	3.782	3.782
2.03.02.07	Debêntures Conversíveis	3.782	3.782
2.03.04	Reservas de Lucros	1.581.943	1.581.943
2.03.04.01	Reserva Legal	146.587	146.587
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.433.678	1.433.678
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	10.868	10.868
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-9.190	-9.190
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	89.209	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	778.911	732.178
3.01.01	Serviços de Água	443.093	420.889
3.01.02	Serviços de Esgoto	157.673	141.835
3.01.03	Receita de Construção	177.889	169.171
3.01.04	Receita de Produtos Acabados	256	283
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-458.506	-435.272
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-283.586	-271.089
3.02.02	Custo de Construção	-174.920	-164.183
3.03	Resultado Bruto	320.405	296.906
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-107.431	-131.047
3.04.01	Despesas com Vendas	-40.817	-42.868
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-79.118	-81.065
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	34.162	12.100
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-21.658	-19.214
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	212.974	165.859
3.06	Resultado Financeiro	-20.488	-10.132
3.06.01	Receitas Financeiras	18.970	29.442
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.458	-39.574
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	192.486	155.727
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-63.857	-43.395
3.08.01	Corrente	-63.857	-43.395
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	128.629	112.332
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	128.629	112.332
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	128.629	112.332
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,12000	0,98000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,09000	0,96000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	265.626	326.729
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	228.275	210.692
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	128.629	112.332
6.01.01.02	Provisão p/ Crédito Liquidação Duvidosa	10.208	14.366
6.01.01.03	Recuperação de Contas Baixadas	-7.671	-2.732
6.01.01.04	VM/Juros auferidos sobre Contas Receber de Clientes	-2.772	-9.574
6.01.01.05	Imposto Renda e Contr. Social Diferido	17.567	5.128
6.01.01.06	VC sobre Caução Garantia Financiamento	591	-521
6.01.01.07	Rendimento s/ Caução Garantia Financiamento	-1.996	-1.138
6.01.01.10	Baixas Líquidas Intangível e Imobilizado	242	1.489
6.01.01.11	Depreciação e Amortização	79.110	68.986
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos	22.125	19.125
6.01.01.13	VM/VC sobre Empréstimos	1.170	2.609
6.01.01.14	Parcelamento Impostos e Prov. Tributária	-11.270	7.050
6.01.01.15	Provisão para Contingência	-272	-3.889
6.01.01.16	Provisão para Passivo Atuarial	-5.557	1.555
6.01.01.17	Juros e VM sobre Dívida Previminas/Cemig	6.823	5.818
6.01.01.18	Receita Diferida	-2.384	-140
6.01.01.19	Ativos Financeiros	-6.268	-9.772
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	37.351	116.037
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-17.299	-5.473
6.01.02.02	Estoques	-1.448	934
6.01.02.03	Impostos a Compensar	-359	-2.379
6.01.02.04	Bancos e Aplicações de Convênios	2.422	312
6.01.02.05	Caução em Garantia de Financiamentos	-2.141	370
6.01.02.06	Aplicação Financeira Vinculada	3.441	1.179
6.01.02.08	Créditos Diversos	2.499	465
6.01.02.09	Fornecedores	3.729	-41.469
6.01.02.10	Impostos, Taxas e Contribuições	-3.985	747
6.01.02.11	Provisão para Férias e 13º Salário	2.227	4.103
6.01.02.12	Participação dos Empregados nos Lucros	7.744	7.564
6.01.02.13	Convênio de Cooperação Técnica	-3.808	-2.602
6.01.02.14	Plano de Previdência Complementar	-9.875	-4.049
6.01.02.15	Energia Elétrica	-1.165	-1.034
6.01.02.16	Obrigações Diversas	-996	-131
6.01.02.17	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	56.365	157.500
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-167.539	-167.167
6.02.01	Adições em Intangível e Imobilizado	-145.739	-167.167
6.02.02	Adições em Investimentos	-21.800	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-27.786	-86.906
6.03.01	Captação de Novos Empréstimos	90.160	20.030
6.03.02	Pagamento de Principal de Empréstimos	-57.723	-41.655
6.03.03	Pagamento de Juros sobre Empréstimos	-36.395	-32.868
6.03.04	Pagamento de Juros sobre Capital Próprio	-3.099	-5.800
6.03.05	Pagamento de Principal Previminas/Cemig	-8.747	-6.536

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010
6.03.06	Pagamento de Juros s/ Previminas/Cemig	-1.917	-1.868
6.03.07	Pagamento de Parcelamento de Impostos	-10.065	-18.209
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	70.301	72.656
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	77.652	257.852
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	147.953	330.508

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.636.460	3.782	1.581.943	0	0	4.222.185	0	4.222.185
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.636.460	3.782	1.581.943	0	0	4.222.185	0	4.222.185
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-39.420	0	-39.420	0	-39.420
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-39.420	0	-39.420	0	-39.420
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	128.629	0	128.629	0	128.629
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	128.629	0	128.629	0	128.629
5.07	Saldos Finais	2.636.460	3.782	1.581.943	89.209	0	4.311.394	0	4.311.394

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.636.460	3.782	1.136.380	0	0	3.776.622	0	3.776.622
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.636.460	3.782	1.136.380	0	0	3.776.622	0	3.776.622
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-43.673	0	-43.673	0	-43.673
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-43.673	0	-43.673	0	-43.673
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	112.332	0	112.332	0	112.332
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	112.332	0	112.332	0	112.332
5.07	Saldos Finais	2.636.460	3.782	1.136.380	68.659	0	3.845.281	0	3.845.281

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	689.327	623.194
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	662.404	620.471
7.01.02	Outras Receitas	26.491	9.365
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.969	4.989
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.537	-11.631
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-156.658	-158.995
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-121.833	-127.509
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-22.533	-22.599
7.02.04	Outros	-12.292	-8.887
7.03	Valor Adicionado Bruto	532.669	464.199
7.04	Retenções	-79.110	-68.986
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-79.110	-68.986
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	453.559	395.213
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18.970	29.442
7.06.02	Receitas Financeiras	18.970	29.442
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	472.529	424.655
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	472.529	424.655
7.08.01	Pessoal	160.273	150.452
7.08.01.01	Remuneração Direta	102.420	93.773
7.08.01.02	Benefícios	41.360	40.977
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.749	8.138
7.08.01.04	Outros	7.744	7.564
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados nos Lucros	7.744	7.564
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	144.970	122.615
7.08.02.01	Federais	142.207	119.919
7.08.02.02	Estaduais	2.547	2.589
7.08.02.03	Municipais	216	107
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.657	39.256
7.08.03.01	Juros	37.991	38.664
7.08.03.02	Aluguéis	666	592
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	128.629	112.332
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	39.420	43.673
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	89.209	68.659

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**01. Dados gerais de Atendimento**

Os dados do primeiro trimestre/2011 (1T11) mostram que a população atendida com serviços de abastecimento de água foi ampliada em 384 mil pessoas, atingindo 13,2 milhões de habitantes conectados à rede distribuidora, ante 12,9 milhões no primeiro trimestre/2010 (1T10).

COPASA MG

Dados Gerais de Atendimento com Abastecimento de Água
1º trimestre de 2011 e 2010

Itens	Unidades	1T11	1T10	Variação	
				valor	%
Municípios com Concessão (1) (*)	número	617	613	4	0,7
Municípios com Operação (2) (*)	número	603	603	0	0,0
População Atendida (3) (*)	mil habitantes	13.251	12.867	384	3,0
Ligações (*)	mil ligações	3.535	3.411	124	3,6
Extensão de Rede (*)	km	43.737	42.439	1.298	3,1
Volume Faturado de Água (*)	1.000 m³/trimestre	159.892	155.986	3.906	2,5
Volume Produzido de Água	1.000 m³/trimestre	224.313	222.172	2.141	1,0

(1) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer concessão: sedes, vilas, povoados ou outros.

(2) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer operação: sedes, vilas, povoados ou outros.

(3) - População conectada à rede de água.

(*) Dados consolidados (inclui localidades operadas pela subsidiária COPANOR).

Quanto às ligações faturadas de água, houve um acréscimo de 124 mil ligações, totalizando 3,5 milhões de ligações, representando um aumento de 3,6% comparativamente ao 1T10. A rede de distribuição de água foi ampliada em 1.298 km, totalizando 43.737 km, com incremento de 3,1% em relação ao 1T10 (42.439 km).

Com relação aos sistemas de esgotamento sanitário, a expansão foi maior, resultado do esforço empreendido para aumentar a cobertura desses serviços nas localidades operadas e em novas concessões. O número de municípios operados aumentou em 5,9%, passando de 153 em março/2010 para 162 no 1T11, atendendo a uma população aproximada de 8,0 milhões de pessoas conectadas à rede coletora (7,7 milhões no 1T10), com um incremento de 4,3% (330 mil pessoas) no período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

COPASA MG
Dados Gerais de Atendimento com Esgotamento Sanitário
1º trimestre de 2011 e 2010

Itens	Unidades	1T11	1T10	Variação	
				valor	%
Municípios com Concessão (1) (*)	número	217	201	16	8,0
Municípios com Operação (2) (*)	número	162	153	9	5,9
População Atendida (3) (*)	mil habitantes	7.986	7.656	330	4,3
Ligações	mil ligações	1.984	1.876	108	5,8
Extensão de Rede	km	16.406	15.940	466	2,9
Volume Faturado de Esgoto	1.000 m³/trimestre	97.633	93.778	3.855	4,1
Volume Tratado de Esgoto (4)	1.000 m³/trimestre	47.573	39.776	7.797	19,6

(1) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer concessão: sedes, vilas, povoados ou outros.

(2) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer operação: sedes, vilas, povoados ou outros.

(3) - População conectada à rede coletora de esgoto.

(4) - O valor do 1T10 foi ajustado.

(*) Dados consolidados (inclui localidades operadas pela subsidiária COPANOR).

Esse atendimento é realizado por meio de 1,98 milhão de ligações de esgoto (1,88 milhão no 1T10), representando um aumento de 108 mil ligações (5,8%). A rede coletora expandiu em 466 km, totalizando 16.406 km, um aumento de 2,9% em relação ao 1T10.

O volume de esgoto tratado atingiu 47,6 milhões de m³ no trimestre, com elevação de 19,6% em relação ao mesmo período do ano anterior devido, principalmente, ao início de operação de novas Estações de Tratamento de Esgotos – ETE's, destacando-se a ETE Central, no município de Betim.

02. Indicadores de Desempenho

O volume faturado de água e esgoto foi ampliado em 7,8 milhões de m³ em relação ao 1T10. Contribuíram para este resultado o aumento do número de pessoas atendidas com serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas localidades onde já operávamos esses sistemas e o início de faturamento em novas localidades. No primeiro trimestre de 2011 iniciamos o faturamento dos sistemas de abastecimento de água nas cidades de Goianá e São Gonçalo do Rio Preto e de esgoto nas cidades de Cabo Verde, Cruzília e São Joaquim de Bicas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

COPASA MG
Indicadores de Desempenho Operacional/Comercial
1º trimestre de 2011 e 2010

Itens	Unidades	1T11	1T10	Variação	
				valor	%
1-Empregados (*)	nº	11.567	11.706	-139	-1,2
2-Empregados/ligações (A+E) (*)	emp/1.000 ligações	2,10	2,21	-0,11	-5,0
3-Volume Faturado					
Água (*)	1.000 m³/trimestre	159.892	155.986	3.906	2,5
Esgoto	1.000 m³/trimestre	97.633	93.778	3.855	4,1
Total	1.000 m³/trimestre	257.525	249.764	7.761	3,1
4-Volume Produzido de Água	1.000 m³/trimestre	224.312	222.172	2.140	1,0
5-Índice de Hidrometração	%	99,96	99,87	0,09	0,1
6-Água Não Convertida em Receita - ANCR (1)	l/ligação/dia	234,05	243,23	-9,18	-3,8

(1) - Média últimos 12 meses

(*) Dados consolidados (inclui localidades operadas pela subsidiária COPANOR).

Em relação aos indicadores de desempenho, permanece como destaque a produtividade do quadro de pessoal, a qual é medida pela relação empregados/1.000 ligações (água + esgoto) que passou de 2,21 empregados/1000 ligações no 1T10 para 2,10 no 1T11.

O percentual de ligações hidrometradas manteve-se elevado, atingindo 99,96% em março/2011, superior ao verificado no 1T10 (99,87%), sendo este índice um dos melhores entre as companhias de saneamento.

Outro destaque foi o indicador Água Não Convertida em Receita – ANCR, que representa a diferença entre o volume distribuído e o volume efetivamente faturado aos consumidores, que atingiu 234,05 l/lig/dia no 1T11, representando uma redução de 3,8% em relação ao 1T10 (243,23 l/lig/dia). Os estudos têm demonstrado que tal indicador, que inclui as perdas reais de água decorrentes do rompimento de tubulações, os furtos e as imprecisões de medição, é um dos menores dentre as empresas de saneamento do Brasil.

Este desempenho é resultado do Programa de Combate e Redução das Perdas de Água - PRPA, que a empresa implantou e vem desenvolvendo desde 2003 tendo como base conceitos do Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água - PNCDa e da International Water Association – IWA.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**03. Investimentos Medidos em 1T11**

No 1T11 os investimentos foram alocados, principalmente, nas obras de interligação dos Sistemas Rio das Velhas e Paraopeba (Linha Azul), nas obras de ampliação da capacidade de produção do Sistema Rio das Velhas em Nova Lima, na ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água de Teófilo Otoni, na implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário de Jequitinhonha, na ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Esmeraldas e Ribeirão das Neves e na implantação de Sistemas de Tratamento de Esgotos de Pará de Minas e Santo Antônio do Monte.

INVESTIMENTOS (EM R\$ MILHÕES)	2010	1T11	1T10
ÁGUA	358,7	82,7	75,8
ESGOTO	457,5	78,9	84,2
OUTROS	22,1	2,1	3,6
TOTAL	838,3	163,7	163,6

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**04. Desempenho do Resultado Financeiro - Controladora**

A análise dos quadros abaixo permitirá o acompanhamento do desempenho de resultado da Controladora no 1º trimestre de 2011 comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior:

Demonstração do Resultado

Controladora	<u>31/03/2011</u>		<u>31/03/2010</u>		<u>Variação</u>	
		%		%		%
Receita dos serviços de água	440.577	56,77	418.622	57,37	21.955	5,24
Receita dos serviços de esgoto	157.673	20,32	141.853	19,44	15.820	11,15
Receita de construção	177.889	22,92	169.171	23,19	8.718	5,15
Receita operacional líquida de serviços	776.139	100,00	729.646	100,00	46.493	6,37
Custo dos serviços vendidos	-279.250	-35,98	-267.335	-36,64	-11.915	4,46
Custos de construção	-174.920	-22,54	-164.183	-22,50	-10.737	6,54
Custo dos serviços vendidos	-454.170	-58,52	-431.518	-59,14	-22.652	5,25
Lucro bruto	321.969	41,48	298.128	40,86	23.841	8,00
Despesas com vendas	-39.847	-5,13	-42.357	-5,81	2.510	-5,93
Despesas gerais e administrativas	-77.290	-9,96	-76.721	-10,51	-569	0,74
Outras receitas operacionais	34.069	4,39	12.098	1,66	21.971	n.m.
Outras despesas operacionais	-12.659	-1,63	-10.486	-1,44	-2.173	20,72
Participação dos empregados no lucro	-7.744	-1,00	-7.564	-1,04	-180	2,38
Resultado equivalência patrimonial	-4.401	-0,57	-5.696	-0,78	1.295	-22,74
Receitas/despesas operacionais	-107.872	-13,90	-130.726	-17,92	22.854	-17,48
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	214.097	27,58	167.402	22,94	46.695	27,89
Receitas financeiras	20.279	2,61	29.514	4,04	-9.235	-31,29
Despesas financeiras	-39.437	-5,08	-39.447	-5,41	10	-0,03
Resultado financeiro	-19.158	-2,47	-9.933	-1,36	-9.225	92,87
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	194.939	25,12	157.469	21,58	37.470	23,80
Provisão para imposto de renda	-47.292	-6,09	-32.846	-4,50	-14.446	43,98
Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido	-17.400	-2,24	-11.140	-1,53	-6.260	56,19
Resultado líquido do exercício	130.247	16,78	113.483	15,55	16.764	14,77

- **Receita operacional líquida de serviços** – A receita operacional líquida de serviços aumentou R\$46.493 ou 6,37%, atingindo R\$776.139 no 1º trimestre de 2011, contra R\$729.646 no 1º trimestre de 2010.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Principais variações e causas:

- **Abastecimento de água e esgotamento sanitário** – A variação dessas receitas no 1º trimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010 corresponde a 5,24% de água e 11,15% de esgoto, motivada pelo reajuste médio da tarifa de 3,96%, aplicado a partir do consumo de março de 2010.

Obs.: Além dos fatos em comum acima, contribuíram o crescimento no estoque de economias de água (3,23%) e de esgoto (5,02%), ambos provenientes do crescimento vegetativo e de assunção de novos sistemas, assim como a redução no volume faturado de água por economia de 0,10%, passando de 12,59 m³ em 2010 para 12,50 m³ em 2011 e alteração da tarifa de esgoto de 40% para 60% para as localidades de Lavras em 01/2011, Dolores do Indaiá em 02/2011, Serro em 12/2010, Rio Pardo de Minas em 02/2010, de Montes Claros 03/2010 e parcialmente Conselheiro Lafaiete em 02/2011.

- **Custos e despesas**

Custos dos serviços prestados – Os custos de serviços prestados, formados pelos gastos com operação, conservação e manutenção de sistemas de água e esgotamento sanitário, além dos custos comerciais, administrativos e de construção, aumentaram em R\$20.711, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Custos operacionais, comerciais e administrativos

Controladora	<u>31/03/2011</u>		<u>31/03/2010</u>		<u>Variação</u>	
		%		%		%
Pessoal	182.570	31,96	171.458	31,14	11.112	6,48
Material	23.740	4,16	23.666	4,30	74	0,31
Energia elétrica	49.408	8,65	52.715	9,57	-3.307	-6,27
Serviços de terceiros	48.200	8,44	51.459	9,35	-3.259	-6,33
Repasse tarifário a municípios	13.983	2,45	13.036	2,37	947	7,26
Gastos gerais	6.996	1,22	5.286	0,96	1.710	32,35
Depreciações e amortizações	76.486	13,39	66.668	12,11	9.818	14,73
Custos de construção	174.920	30,62	164.183	29,82	10.737	6,54
Recuperação e créditos (PIS-PASEP/COFINS)	-15.636	-2,74	-12.182	-2,21	-3.454	28,35
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.970	1,75	14.307	2,60	-4.337	-30,31
Provisão para perdas	670	0,12	0	0,00	670	100,00
* Custos dos serviços prestados	571.307	100,00	550.596	100,00	20.711	3,76

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Pessoal** – O aumento nos gastos apurados com pessoal de R\$11.112 ou 6,48% deve-se a:

Reajuste de 5,49% determinado pelo acordo coletivo 2010/2011, incorporação de aproximadamente 50% da gratificação de desempenho institucional – GDI no salário dos empregados a partir de agosto de 2009 e adequações funcionais decorrentes do crescimento por aprendizagem, ocorridas em julho de 2010 com repercussão nos meses subsequentes e aumento no item quinquênio em 11,29%. Aumento na GDI média de 9,61% em jan/10 para 11,69% em jan/11 e o aumento da base GDI, concomitante com o aumento do salário nominal, causou um aumento na GDI nominal. Todos esses fatos foram compensados pela redução na conta plano de saúde ocasionada por uma menor utilização do plano no período.

Custos operacionais, comerciais e administrativos de pessoal

Controladora	<u>31/03/2011</u>		<u>31/03/2010</u>		<u>Variação</u>	
		%		%		%
Salário hora normal	74.665	40,90	69.392	40,47	5.273	7,60
Salário hora extra	4.386	2,40	3.840	2,24	546	14,22
Gratificação de função	1.358	0,74	1.260	0,73	98	7,78
Honorários de diretoria e conselho	421	0,23	480	0,28	-59	-12,29
Férias	13.312	7,29	14.219	8,29	-907	-6,38
13º salário	7.991	4,38	7.332	4,28	659	8,99
Insalubridade	1.330	0,73	1.223	0,71	107	8,75
Complemento de auxílio doença	484	0,27	2	0,00	482	n.m.
Gratificação por desempenho institucional	6.421	3,52	4.885	2,85	1.536	31,44
Previdência social	27.321	14,96	25.747	15,02	1.574	6,11
FGTS	8.677	4,75	8.065	4,70	612	7,59
Seguro acidentes de trabalho	4.225	2,31	4.341	2,53	-116	-2,67
Indenizações e aviso prévio	87	0,05	113	0,07	-26	-23,01
Formação profissional	25	0,01	34	0,02	-9	-26,47
Lanche padrão	685	0,38	621	0,36	64	10,31
Programa vale transporte	1.856	1,02	2.033	1,19	-177	-8,71
Programas suplementares – COPASS	2.954	1,62	2.277	1,33	677	29,73
Programa de saúde	5.448	2,98	6.911	4,03	-1.463	-21,17
Programa de alimentação	20.321	11,13	20.093	11,72	228	1,13
Programa de seguridade	8.095	4,43	7.535	4,39	560	7,43
Outros programas assistenciais	1.292	0,71	1.202	0,70	90	7,49
Ressarcimento funcionário cedido para convênio	-874	-0,48	-1.428	-0,83	554	-38,80
Gratificação de desempenho gerencial	836	0,46	793	0,46	43	5,42
Formação profissional técnico operacional	52	0,03	163	0,10	-111	-68,10
Formação profissional – pós-graduação e extens.	0	0,00	12	0,01	-12	-100,00
Formação profissional seminários/congressos	0	0,00	10	0,01	-10	-100,00
Formação profissional treinamento gerencial	0	0,00	8	0,00	-8	-100,00
Prorrogação licença maternidade	71	0,04	20	0,01	51	n.m.
Custos de expansão	-8.869	-4,86	-9.578	-5,59	709	-7,40
Custo DVHM	0	0,00	-147	-0,09	147	-100,00
* Custo pessoal	182.570	100,00	171.458	100,00	11.112	6,48

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Serviços de terceiros** - Os gastos com serviços de terceiros tiveram redução de R\$5.253 ou 9,52%. As principais variações no período ocorreram com a redução na conta locação de bens móveis – PJ, motivada por indevidas classificações contábeis em função de inconsistência dos dados cadastrais dos prestadores de serviços, ora considerados nesta conta e reclassificados na conta Transmissão de dados, bem como a não recorrência, no 1º trimestre de 2011 em relação ao 1º trimestre de 2010, de serviços de manutenções preventivas e corretivas nos sistemas de tratamento de água e esgotamento sanitários devido, principalmente, ao início de execução de novos contratos, adicionados novos itens contratuais como “taxa de manutenção de canteiro de obras, consultoria e fiscalização por profissional envolvido no contrato e serviços de retro escavadeira”, renovações de contratos cujos insumos se elevaram em índices bem superiores à inflação medida pelos índices de preços do período, sendo que nos novos contratos houve um realinhamento nos preços.
- **Energia elétrica** - A diminuição de R\$3.308 ou 6,27% no 1º trimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010 se refere a ajustes na provisão dos valores dessa conta em função do período de envio do arquivo de energia elétrica feito pelo SICOE. O período de informação é defasado em 30 dias e o ajuste de janeiro de 2011 é referente à provisão de dezembro de 2010. Já o valor de janeiro de 2010 é relevante porque o ajuste de dezembro de 2009 só foi realizado em fevereiro de 2010.
- **Gastos gerais** – O aumento de R\$1.711 ou 32,36% no 1º trimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010 se deve à elevação da conta repasses tarifários para municípios, impactada, principalmente pelo município de Belo Horizonte, influenciada pelo aumento da arrecadação no período de acordo com reajuste tarifário e outros. A variação dessa conta foi da ordem de R\$946.
- **Depreciações e amortizações** – O aumento de R\$9.819 ou 14,73% se refere a novas incorporações de obras em toda a Companhia a partir de dezembro de 2010.
- **Recuperação e créditos (PIS-PASEP / COFINS)** – Essa conta aumentou no período em função do aumento das receitas da Companhia.
- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** – a redução na provisão para créditos de liquidação duvidosa no 1º trimestre de 2011, comparativamente com 1º trimestre de 2010, deve-se à exclusão de juros e correção monetária da base de dados das faturas que passaram a constituir a referida provisão a partir do mês de julho de 2010, em razão do reconhecimento de juros e correção monetária pelo regime de caixa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Outras receitas/despesas operacionais:**

Controladora	<u>31/03/2011</u>		<u>31/03/2010</u>		<u>Variação</u>	
		%		%		%
Receita de serviços técnicos	589	2	110	1	479	n.m.
Reversão de provisão não dedutível	22.669	67	5.911	49	16.757	n.m.
Recuperação de contas baixadas	7.671	23	2.732	23	4.940	n.m.
Outras receitas	3.140	9	3.345	28	-205	-6,12
Total de outras receitas operacionais	34.069	100	12.098	100	21.971	n.m.
Perdas eventuais ou extraordinárias	-9.560	-103	-5.421	47	-4.138	76,33
Outras despesas	-3.099	-33	-5.065	43	1.966	-38,81
Participação dos empregados no lucro	-7.744	-84	-7.564	65	-180	2,38
Equivalência patrimonial - Copanor	-780	-8	-941	8	161	-17,15
Equivalência patrimonial - Águas Minerais	-3.513	-38	-4.703	40	1.190	-25,30
Equivalência patrimonial - Serviços Irrigação	-108	-1	-52	0	-56	n.m.
Total de outras despesas operacionais	-24.804	-268	-23.746	204	-1.057	4,45
Total de outras receitas/despesas operacionais	9.265	100	-11.648	100	20.913	n.m.

- **Reversão de provisão não dedutível** – O aumento nessa conta se deve à reversão do crédito presumido do PIS/PASEP e COFINS, no valor de R\$11.691, compensado pela atualização do crédito presumido em março de 2011 no valor de R\$421 e também à diminuição do risco de perda em relação ao plano previdencial.
- **Recuperação de contas baixadas** – O aumento de R\$4.940 no 1º trimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010 se deve a parcelamentos de prefeituras que foram reconhecidos no momento da arrecadação.
- **Perdas eventuais ou extraordinárias** – Essa conta aumentou R\$4.138 ou 76,33% em função do crescimento dos processos judiciais trabalhistas e cíveis com saldos respectivos de R\$2.055 e R\$1.333, baixa de projetos, pela área de controle patrimonial da Companhia, declarados inviáveis pela área de engenharia, diminuindo, assim, o seu imobilizado e em função das chuvas ocorridas na região oeste do estado, houve perdas de estrutura física de sistemas operacionais da Companhia, sendo necessárias obras emergenciais de recuperação, cujas verbas só foram liberadas em janeiro de 2011 e contabilizadas no decorrer do trimestre.
- **Outras despesas** – Essa conta diminuiu R\$1.966 ou 38,81% devido à receita de reversão do passivo atuarial em função da adesão ao novo plano BD da Previminas.
- **Equivalência patrimonial** – A diminuição nessa conta é devido à não recorrência de despesas com publicidade e propaganda na subsidiária Águas Minerais, acentuadas, principalmente em janeiro de 2010.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Receitas e despesas financeiras:**

Controladora	<u>31/03/2011</u>		<u>31/03/2010</u>		<u>Variação</u>	
		%		%		%
Variações monetárias e cambiais	6.726	33	9.653	33	-2.927	-30,32
Juros	6.613	33	7.908	27	-1.295	-16,37
Ganho real em aplicações financeiras	3.668	18	8.282	28	-4.614	-55,72
Outras receitas	4	0	-629	-2	632	n.m.
Capitalização de ativos financeiros/outros	3.269	16	4.299	15	-1.031	-23,98
Total de receitas financeiras	20.279	100	29.514	100	-9.235	-31,29
Variações monetárias e cambiais	-7.961	42	-13.395	135	5.434	-40,57
Juros sobre financiamentos	-30.030	157	-25.268	254	-4.762	18,85
Outras despesas	-1.446	8	-784	8	-662	84,44
Total de despesas financeiras	-39.437	206	-39.447	397	10	-0,02
Resultado financeiro líquido	-19.158	100	-9.933	100	-9.225	92,87

- **Variações monetárias e cambiais** – o resultado das variações monetárias e cambiais diminuiu no 1º trimestre de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior. Dentre eles, a mudança no cálculo do parcelamento da dívida da PBH com a COPASA, a partir de março de 2010, cuja base de cálculo era sobre m3 faturado por um período de 30 anos, tendo passado para 120 parcelas com juros de 1% ao mês; queda do dólar entre os períodos comparados e à menor arrecadação de receitas comparada ao faturamento previsto no período.
- **Ganho real em aplicações financeiras** – A diminuição nessa conta de R\$4.614 ou 55,72% se deve à redução de aplicações financeiras no período.

Juros sobre financiamentos – Essa conta aumentou devido ao crescimento na conta juros sobre debêntures em função do maior número de contratos encerrados em fase de retorno, vigência de contrato da Companhia com a Previminas com termo de confissão e parcelamento da dívida relativa à parcela de responsabilidade da patrocinadora pela insuficiência financeira do plano previdencial, com início em novembro de 2010, bem como juros sobre contrato de parcelamento de ISSQN com a Prefeitura de Belo Horizonte.

- **Geração de recursos ou EBITDA** – Foram gerados R\$296.859 no 1º trimestre de 2011 contra R\$237.421 no 1º trimestre de 2010, apresentando um aumento de R\$59.438. A margem EBITDA foi 46,95 no 1º trimestre de 2011 contra 41,47 no mesmo período de 2010, apresentando um aumento de 5,48 p.p.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A tabela abaixo apresenta os cálculos do EBITDA:

Ebtida

Controladora	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>Variação</u>	%
(+) Receita Líquida de água e esgoto	598.250	560.475	37.775	6,74
(+) Outras receitas operacionais	34.069	12.098	21.971	181,61
(a) Receitas Líquidas de Serviços	632.319	572.573	59.746	10,43
Custos e despesas oper.,adm. e comercias	-396.387	-386.413	-9.974	2,58
Outras despesas operacionais	-12.659	-10.486	-2.173	20,72
Depreciações e amortizações	76.486	66.668	9.818	14,73
(b) Custos e desp. oper. totais (sem depreciação)	-332.560	-330.231	-2.329	0,71
(c) Resultado operacional das Subsidiárias	-2.900	-4.921	2.021	-41,07
(=) EBTIDA (a) + (b) + (c)	296.859	237.421	59.438	25,03
Margem EBTIDA	46,95	41,47	5,48	

(1) O EBITDA é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

(2) A Margem EBITDA é calculada com base na receita líquida de serviços, que corresponde à receita operacional líquida acrescida de outras receitas operacionais.

05. Balanço Patrimonial – Controladora

Controladora	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Variação</u>	%
Ativo circulante	691.882	649.909	41.973	6,46
Ativo não circulante	6.791.618	6.659.931	131.687	1,98
Total do Ativo	7.483.500	7.309.840	173.660	2,38
Passivo circulante	747.510	688.992	58.518	8,49
Passivo não circulante	2.460.835	2.436.520	24.315	1,00
Patrimônio líquido	4.275.155	4.184.328	90.827	2,17
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	7.483.500	7.309.840	173.660	2,38

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**• Ativo circulante**

Controladora	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Variação</u>	%
Disponibilidades	146.413	75.793	70.620	93,17
Contas a receber de clientes	463.269	434.851	28.418	6,54
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	0	56.365	(56.365)	-100,00
Estoques	26.989	25.760	1.229	4,77
Impostos a recuperar	31.230	30.879	351	1,14
Convênio de cooperação técnica	2.593	0	2.593	100,00
Bancos e aplicações de convênios	10.077	12.505	(2.428)	(19,42)
Créditos diversos	11.311	13.756	(2.445)	(17,77)
Total do ativo circulante	691.882	649.909	41.973	6,46

» Disponibilidades

Saldo em 31 de março de 2011:	146.413	Variação (\$):	70.620
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	75.793	Variação (%):	93,17

Situação: aumento

Esse grupo aumentou devido à reclassificação de aplicações financeiras anteriormente registradas em conta de ativos mantidos até o vencimento.

» Contas a receber de clientes

Saldo em 31 de março de 2011:	463.269	Variação (\$):	28.418
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	434.851	Variação (%):	6,54

Situação: aumento

A variação desse grupo se deve ao aumento dos dias a faturar no mês de março em relação à dezembro em 8,87%, ao aumento no valor do consumo a faturar de esgoto devido ao início do faturamento de novas localidades em janeiro de 2011 (Cruzília e São João de Bicas), ao aumento no valor do consumo a faturar de esgoto da localidade de Lavras que passou em janeiro de 2011 de 40% para 60% e a redução do floating bancário de R\$ 23.300 em fevereiro, para R\$13.512 em março.

» Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Saldo em 31 de março de 2011:	0	Variação (\$):	(56.365)
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	56.365	Variação (%):	(100,00)

Situação: diminuição

Essa conta reduziu devido às aplicações financeiras que atingiram o vencimento e foram transferidas para o grupo de disponibilidades.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**» Bancos e aplicações de convênios**

Saldo em 31 de março de 2011:	10.077	Variação (\$):	(2.428)
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	12.505	Variação (%):	(19,42)

Situação: diminuição

Esse grupo diminuiu em razão dos resgates para fins de pagamentos aos fornecedores.

» Créditos diversos

Saldo em 31 de março de 2011:	11.311	Variação (\$):	(2.445)
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	13.756	Variação (%):	(17,77)

Situação: diminuição

A variação desse grupo se deve ao aumento de adiantamento de férias aos empregados, ocorrido no período.

• Ativo não circulante

Controladora	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Variação</u>	<u>%</u>
Contas a receber de clientes	211.296	182.335	28.961	15,88
Imposto de renda e contribuição social				
Diferidos	220.235	236.126	(15.891)	(6,73)
Depósitos judiciais	38.180	41.621	(3.441)	(8,27)
Caução em garantia de financiamentos	104.532	100.986	3.546	3,51
Créditos com controladas	63.244	59.970	3.274	5,46
Ativos financeiros	271.985	280.053	(8.068)	(2,88)
Créditos diversos	14.948	14.982	(34)	(0,22)
Total realizável a longo prazo	924.420	916.073	8.347	0,91
Investimentos	22.063	263	21.800	n.m.
Intangível	5.736.767	5.631.731	105.036	1,87
Imobilizado	108.368	111.864	(3.496)	(3,13)
Total do permanente	5.867.199	5.743.857	123.342	2,15
Total do ativo não circulante	6.791.618	6.659.931	131.687	1,98

» Contas a receber de clientes

Saldo em 31 de março de 2011:	211.296	Variação (\$):	28.961
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	182.335	Variação (%):	15,88

Situação: aumento

O aumento nessa conta refere-se à atualização monetária anual baseada no índice IPCA – E, realizado no saldo de contas a receber devido pelo Município de Belo Horizonte referente a débito de faturas de água e esgoto, compensado pela transferência do longo prazo para o curto prazo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**» Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Saldo em 31 de março de 2011:	220.235	Variação (\$):	(15.891)
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	236.126	Variação (%):	(6,73)

Situação: diminuição

A redução da tributação diferida refere-se à baixa das provisões para o passivo atuarial por reconhecimento da dívida e da provisão do ISSQN, que teve parte de seu contingente controlado nas contas de provisão por ser a amortização feita por compensação das dívidas, ficando como diferido somente o valor inicialmente parcelado.

» Investimentos

Saldo em 31 de março de 2011:	22.063	Variação (\$):	21.800
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	263	Variação (%):	n.m.

Situação: aumento

A variação nesse grupo refere-se a integralização de participação societária na SPE, Foz de Jeceaba, ocorrida no mês de janeiro de 2011.

» Intangível

Saldo em 31 de março de 2011:	5.736.767	Variação (\$):	105.036
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	5.631.731	Variação (%):	1,87

Situação: aumento

A variação desse grupo refere-se ao investimento da Companhia em sistemas de esgotamento sanitário

• Passivo circulante

Controladora	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Variação</u>	%
Empréstimos e financiamentos	164.629	149.960	14.669	9,78
Debêntures	100.875	97.368	3.507	3,60
Empreiteiros e fornecedores	123.891	120.135	3.756	3,13
Impostos, taxas e contribuições	39.516	43.535	(4.019)	(9,23)
Parcelamento de impostos	40.733	36.370	4.363	12,00
Provisão para férias e 13º salário	75.057	72.854	2.203	3,02
Participação dos empregados nos lucros	34.876	27.132	7.744	28,54
Juros sobre o capital próprio	103.180	66.859	36.321	54,32
Convênio de cooperação técnica	0	1.492	(1.492)	-100,00
Plano de pensão	11.526	17.769	(6.243)	(35,13)
Energia elétrica	27.313	27.565	(252)	(0,91)
Obrigações diversas	25.914	27.953	(2.039)	(7,29)
Total do passivo circulante	747.510	688.992	58.518	8,49

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**» Empréstimos e financiamentos**

Saldo em 31 de março de 2011:	164.629	Variação (\$):	14.669
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	149.960	Variação (%):	9,78

Situação: aumento

A variação desse grupo se deve ao aumento de contratos em fase de retorno no período.

» Parcelamento de impostos

Saldo em 31 de março de 2011:	40.733	Variação (\$):	4.363
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	36.370	Variação (%):	12,00

Situação: aumento

O aumento desse grupo se deve a amortização da dívida referente ISSQN no valor de R\$10.065, compensado pela transferência dessa dívida registrada no longo prazo para o curto prazo, no valor de R\$14.442.

» Participação dos empregados nos lucros

Saldo em 31 de março de 2011:	34.876	Variação (\$):	7.744
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	27.132	Variação (%):	28,54

Situação: aumento

Essa conta variou devido ao aumento da participação dos empregados nos lucros realizados no exercício de 2011 no valor de R\$7.744.

» Juros sobre o capital próprio

Saldo em 31 de março de 2011:	103.180	Variação (\$):	36.321
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	66.859	Variação (%):	54,32

Situação: aumento

Essa conta variou devido ao aumento do lucro auferido no 1º trimestre de 2011 impactando o provisionamento dos juros sobre capital próprio no valor de R\$39.421, compensados pelo pagamento do imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio apurado em dezembro de 2010 no valor de R\$3.100.

» Plano de pensão

Saldo em 31 de março de 2011:	11.526	Variação (\$):	(6.243)
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	17.769	Variação (%):	(35,13)

Situação: diminuição

Essa conta diminuiu em razão do recolhimento da contribuição do mês de março ter ocorrido dentro do próprio mês.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**• Obrigações diversas**

Controladora	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Variação</u>	%
Repassse tarifário	3	0	3	100,00
Débitos de concessões	21.182	22.535	(1.353)	(6,00)
Total prefeituras	21.185	22.535	(1.350)	(6,00)
Outras	4.729	5.418	(689)	(12,72)
Total de obrigações diversas	25.914	27.953	(2.039)	(7,29)

• Passivo não circulante

Controladora	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Variação</u>	%
Caixa Econômica Federal	645.207	652.226	(7.019)	(1,08)
Governo Estadual / BDMG	10.996	11.472	(476)	(4,15)
Tesouro Nacional	68.720	77.397	(8.677)	(11,21)
BNDES/BNE	402.213	370.945	31.268	8,43
Em moeda nacional	1.127.136	1.112.039	15.098	1,36
União federal - bônus	47.656	49.040	(1.384)	(2,82)
Em moeda estrangeira	47.656	49.040	(1.384)	(2,82)
Total de empréstimos e financiamentos	1.174.792	1.161.079	13.713	1,18
Debêntures não conversíveis	573.795	568.025	5.770	1,02
Debêntures conversíveis	133.915	133.740	175	0,13
Total de debêntures	707.710	701.765	5.945	0,85
Provisão para contingências	31.955	33.114	(1.159)	(3,50)
Provisão tributária	43.269	54.538	(11.269)	(20,66)
Parcelamento de impostos	218.318	192.868	25.450	13,20
Plano de pensão	145.850	154.509	(8.659)	(5,60)
Energia elétrica	11.935	17.219	(5.284)	(30,69)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	46.654	44.145	2.509	5,68
Outras obrigações	80.352	77.283	3.069	3,97
Total do passivo não circulante	2.460.835	2.436.520	24.315	1,00

» Total de empréstimos e financiamentos

Saldo em 31 de março de 2011:	1.174.792	Variação (\$):	13.713
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	1.161.079	Variação (%):	1,18

Situação: aumento

Esse grupo aumentou devido a novos desembolsos BNDES/BNE ocorridos no período, compensados pelas transferências para o curto prazo em decorrência de amortizações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**» Provisão tributária**

Saldo em 31 de março de 2011:	43.269	Variação (\$):	(11.269)
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	54.538	Variação (%):	(20,66)

Situação: diminuição

A diminuição se deve a reversão do crédito presumido do PIS/PASEP e COFINS, no valor de R\$11.691, compensado pela atualização do crédito presumido em março 2011 no valor de R\$421.

» Parcelamento de impostos

Saldo em 31 de março de 2011:	218.318	Variação (\$):	25.450
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	192.868	Variação (%):	13,20

Situação: aumento

Esse grupo aumentou devido a atualização da dívida do ISSQN no valor de R\$ 39.695 compensado pela transferência do longo prazo para o curto prazo no valor de R\$14.442.

» Plano de pensão

Saldo em 31 de março de 2011:	145.850	Variação (\$):	(8.659)
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	154.509	Variação (%):	(5,60)

Situação: diminuição

A variação nessa conta ocorreu devido à reversão do passivo atuarial, no valor de R\$ 5.557, pela transferência de R\$ 6.404 para o curto prazo compensada pela variação monetária de R\$ 3.301.

» Energia elétrica

Saldo em 31 de março de 2011:	11.935	Variação (\$):	(5.284)
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	17.219	Variação (%):	(30,69)

Situação: diminuição

Essa conta reduziu devido às amortizações das parcelas da dívida junto à concessionária CEMIG.

• Patrimônio Líquido

Controladora	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Variação</u>	<u>%</u>
Saldo anterior	4.184.328	3.731.416	452.912	12,14
Lucro líquido	130.247	677.125	(546.878)	(80,76)
Juros sobre o capital próprio	(39.420)	(224.213)	184.793	(82,42)
Saldo final	4.275.155	4.184.328	90.827	2,17

O aumento do Patrimônio Líquido se deve ao crescimento do lucro da Companhia no período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**06. Desempenho do Resultado Financeiro - Consolidado**

A análise dos quadros abaixo permitirá o acompanhamento do desempenho de resultado do Consolidado no 1º trimestre de 2011 comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior:

Demonstração do Resultado

Consolidado	<u>31/03/2011</u>	%	<u>31/03/2010</u>	%	<u>Variação</u>	%
Receita dos serviços de água	443.093	56,89	420.889	57,48	22.204	5,28
Receita dos serviços de esgoto	157.673	20,24	141.835	19,37	15.838	11,17
Receita de construção	177.889	22,84	169.171	23,11	8.718	5,15
Receita de produtos acabados	256	-0,09	283	-0,10	-27	-9,54
Receita operacional líquida de serviços	778.911	100,00	732.178	100,00	46.733	6,38
Custo dos serviços vendidos	-283.586	-36,41	-271.089	-37,03	-12.497	4,61
Custos de construção	-174.920	-22,46	-164.183	-22,42	-10.737	6,54
Custo dos serviços vendidos	-458.506	-58,87	-435.272	-59,45	-23.234	5,34
Lucro bruto	320.405	41,13	296.906	40,55	23.499	7,91
Despesas com vendas	-40.817	-5,24	-42.868	-5,85	2.051	-4,78
Despesas gerais e administrativas	-79.118	-10,16	-81.065	-11,07	1.947	-2,40
Outras receitas operacionais	34.162	4,39	12.100	1,65	22.062	n.m.
Outras despesas operacionais	-13.914	-1,79	-11.650	-1,59	-2.264	19,43
Participação dos empregados no lucro	-7.744	-0,99	-7.564	-1,03	-180	2,38
Receitas/despesas operacionais	-107.431	-13,79	-131.047	-17,90	23.616	-18,02
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	212.974	27,34	165.859	22,65	47.115	28,41
Receitas financeiras	18.970	2,44	29.442	4,02	-10.472	-35,57
Despesas financeiras	-39.458	-5,07	-39.574	-5,40	116	-0,29
Resultado financeiro	-20.488	-2,63	-10.132	-1,38	-10.356	n.m.
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	192.486	24,71	155.727	21,27	36.759	23,60
Provisão para imposto de renda	-46.678	-5,99	-32.411	-4,43	-14.267	44,02
Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido	-17.179	-2,21	-10.984	-1,50	-6.195	56,40
Resultado líquido do exercício	128.629	16,51	112.332	15,34	16.297	14,51

- **Receita operacional líquida de serviços** – A receita operacional líquida de serviços aumentou R\$46.733 ou 6,38%, atingindo R\$778.911 no 1º trimestre de 2011, contra R\$732.178 no 1º trimestre de 2010.

Principais variações e causas:

- **Abastecimento de água e esgotamento sanitário** – A variação dessas receitas no 1º trimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010 corresponde a 5,28% de água e 11,17% de esgoto motivada pelo reajuste médio da tarifa de 3,96%, aplicado a partir do consumo de março de 2010.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Obs.: Além dos fatos em comum acima, contribuíram o crescimento no estoque de economias de água (3,23%) e de esgoto (5,02%), ambos provenientes do crescimento vegetativo e de assunção de novos sistemas, assim como a redução no volume faturado de água por economia de 0,10%, passando de 12,59 m³ em 2010 para 12,50 m³ em 2011 e alteração da tarifa de esgoto de 40% para 60% para as localidades de Lavras em 01/2011, Dolores do Indaia em 02/2011, Serro em 12/2010, Rio Pardo de Minas em 02/2010, de Montes Claros 03/2010 e parcialmente Conselheiro Lafaiete em 02/2011.

- Custos e despesas**

Custos operacionais, comerciais e administrativos – Os custos de serviços prestados, formados pelos gastos com operação, conservação e manutenção de sistemas de água e esgotamento sanitário, além dos custos comerciais, administrativos e de construção, aumentaram em R\$23.657, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Custos operacionais, comerciais e administrativos

Consolidado	<u>31/03/2011</u>		<u>31/03/2010</u>		<u>Varição</u>	
		%		%		%
Pessoal	184.261	31,85	173.244	30,98	11.017	6,36
Material	24.277	4,20	24.027	4,30	250	1,04
Energia elétrica	49.408	8,54	52.715	9,43	-3.307	-6,27
Serviços de terceiros	49.950	8,64	55.204	9,87	-5.254	-9,52
Repasse tarifário a municípios	13.983	2,42	13.036	2,33	947	7,26
Gastos gerais	7.413	1,28	5.718	1,02	1.695	29,64
Depreciações e amortizações	79.110	13,68	68.986	12,34	10.124	14,68
Custos de construção	174.920	30,24	164.183	29,36	10.737	6,54
Recuperação e créditos (PIS-PASEP/COFINS)	-15.759	-2,72	-12.275	-2,20	-3.484	28,38
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.208	1,76	14.367	2,57	-4.159	-28,95
Provisão para perdas	670	0,12	0	0,00	670	n.m
* Custos dos serviços prestados	578.441	100,00	559.205	100,00	19.236	3,44

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Pessoal** – O aumento nos gastos apurados com pessoal de R\$11.017 ou 6,36% deve-se a:

Reajuste de 5,49% determinado pelo acordo coletivo 2010/2011, incorporação de aproximadamente 50% da gratificação de desempenho institucional – GDI no salário dos empregados a partir de agosto de 2009 e adequações funcionais decorrentes do crescimento por aprendizagem, ocorridas em julho de 2010 com repercussão nos meses subsequentes e aumento no item quinquênio em 11,29%. Aumento na GDI média de 9,61% em jan/10 para 11,69% em jan/11 e o aumento da base GDI, concomitante com o aumento do salário nominal, causou um aumento na GDI nominal. Todos esses fatos foram compensados pela redução na conta plano de saúde ocasionada por uma menor utilização do plano no período.

Custos operacionais, comerciais e administrativos de pessoal

Consolidado	<u>31/03/2011</u>		<u>31/03/2010</u>		<u>Variação</u>	
		%		%		%
Salário hora normal	75.682	41,07	69.829	40,31	5.853	8,38
Salário hora extra	4.394	2,38	3.843	2,22	551	14,34
Gratificação de função	1.361	0,74	1.263	0,73	98	7,76
Honorários de diretoria e conselho	421	0,23	571	0,33	-150	-26,27
Férias	13.335	7,24	14.311	8,26	-976	-6,82
13º salário	8.051	4,37	7.452	4,30	599	8,04
Insalubridade	1.330	0,72	1.223	0,71	107	8,75
Complemento de auxílio doença	485	0,26	2	0,00	483	n.m.
Gratificação por desempenho institucional	6.421	3,48	4.885	2,82	1.536	31,44
Previdência social	27.503	14,93	26.003	15,01	1.500	5,77
FGTS	8.755	4,75	8.138	4,70	617	7,58
Seguro acidentes de trabalho	4.228	2,29	4.356	2,51	-128	-2,94
Indenizações e aviso prévio	135	0,07	124	0,07	11	8,87
Formação profissional	25	0,01	34	0,02	-9	-26,47
Lanche padrão	700	0,38	632	0,36	68	10,76
Programa vale transporte	1.861	1,01	2.034	1,17	-173	-8,51
Programas suplementares – COPASS	2.961	1,61	2.277	1,31	684	30,04
Programa de saúde	5.451	2,96	6.924	4,00	-1.473	-21,27
Programa de alimentação	20.345	11,04	20.121	11,61	224	1,11
Programa de seguridade	8.096	4,39	7.535	4,35	561	7,45
Outros programas assistenciais	1.294	0,70	1.199	0,69	95	7,92
Ressarcimento funcionário cedido para convênio	-671	-0,36	-1.339	-0,77	668	-49,89
Gratificação de desempenho gerencial	836	0,45	793	0,46	43	5,42
Formação profissional técnico operacional	60	0,03	165	0,10	-105	-63,64
Formação profissional – pós-graduação e extens.	0	0,00	12	0,01	-12	-100,00
Formação profissional seminários/congressos	0	0,00	10	0,01	-10	-100,00
Formação profissional treinamento gerencial	0	0,00	8	0,00	-8	-100,00
Prorrogação licença maternidade	71	0,04	20	0,01	51	n.m.
Custos de expansão	-8.869	-4,81	-6.715	-3,88	-2.154	32,08
Custo DVHM	0	0,00	-147	-0,08	147	-100,00
Crescimento vegetativo mão de obra própria	0	0,00	-2.319	-1,34	2.319	-100,00
* Custo pessoal	184.261	100,00	173.244	100,00	11.017	6,36

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Serviços de terceiros** - Os gastos com serviços de terceiros tiveram redução de R\$5.253 ou 9,52%. As principais variações no período ocorreram com a redução na conta locação de bens móveis – PJ, motivada por indevidas classificações contábeis em função de inconsistência dos dados cadastrais dos prestadores de serviços, ora considerados nesta conta e reclassificados na conta Transmissão de dados, bem como a não recorrência, no 1º trimestre de 2011 em relação ao 1º trimestre de 2010, de serviços de manutenções preventivas e corretivas nos sistemas de tratamento de água e esgotamento sanitários devido, principalmente, ao início de execução de novos contratos, adicionados novos itens contratuais como “taxa de manutenção de canteiro de obras, consultoria e fiscalização por profissional envolvido no contrato e serviços de retro escavadeira”, renovações de contratos cujos insumos se elevaram em índices bem superiores à inflação medida pelos índices de preços do período, sendo que nos novos contratos houve um realinhamento nos preços.
- **Energia elétrica** - A diminuição de R\$3.307 ou 6,27% no 1º trimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010 se refere a ajustes na provisão dos valores dessa conta em função do período de envio do arquivo de energia elétrica feito pelo SICOE. O período de informação é defasado em 30 dias e o ajuste de janeiro de 2011 é referente à provisão de dezembro de 2010. Já o valor de janeiro de 2010 é relevante porque o ajuste de dezembro de 2009 só foi realizado em fevereiro de 2010.
- **Gastos gerais** – O aumento de R\$1.695 ou 29,64% no 1º trimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010 se deve à elevação da conta repasses tarifários para municípios, impactada, principalmente pelo município de Belo Horizonte, influenciada pelo aumento da arrecadação no período de acordo com reajuste tarifário e outros. A variação dessa conta foi da ordem de R\$947.
- **Depreciações e amortizações** – O aumento de R\$10.124 ou 14,68% se refere a novas incorporações de obras em toda a Companhia a partir de dezembro de 2010.
- **Recuperação e créditos (PIS-PASEP / COFINS)** – Essa conta aumentou no período em função do aumento das receitas da Companhia.
- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** – a redução na provisão para créditos de liquidação duvidosa no 1º trimestre de 2011, comparativamente com 1º trimestre de 2010, deve-se à exclusão de juros e correção monetária da base de dados das faturas que passaram a constituir a referida provisão a partir do mês de julho de 2010, em razão do reconhecimento de juros e correção monetária pelo regime de caixa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Outras receitas/despesas operacionais:**

Consolidado	<u>31/03/2011</u>		<u>31/03/2010</u>		<u>Variação</u>	
		%		%		%
Receita de serviços técnicos	589	2	110	1	479	n.m.
Reversão de provisão não dedutível	22.721	67	5.911	49	16.810	n.m.
Recuperação de contas baixadas	7.671	22	2.732	23	4.939	n.m.
Outras receitas	3.181	9	3.347	28	-166	-4,96
Total de outras receitas operacionais	34.162	100	12.100	100	22.062	n.m.
Perdas eventuais ou extraordinárias	-9.560	-76	-5.421	76	-4.139	76,35
Outras despesas	-4.354	-35	-6.229	88	1.875	-30,10
Participação dos empregados no lucro	-7.744	-62	-7.564	106	-180	2,38
Total de outras despesas operacionais	-21.658	-173	-19.214	270	-2.444	12,72
Total de outras receitas/despesas operacionais	12.504	100	-7.114	100	19.618	n.m.

- **Reversão de provisão não dedutível** – O aumento nessa conta se deve à reversão do crédito presumido do PIS/PASEP e COFINS, no valor de R\$11.691, compensado pela atualização do crédito presumido em março de 2011 no valor de R\$421 e também à diminuição do risco de perda em relação ao plano previdencial.
- **Recuperação de contas baixadas** – O aumento de R\$4.939 no 1º trimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010 se deve a parcelamentos de prefeituras que foram reconhecidos no momento da arrecadação.
- **Perdas eventuais ou extraordinárias** – Essa conta aumentou R\$4.139 ou 76,35% em função do crescimento dos processos judiciais trabalhistas e cíveis com saldos respectivos de R\$2.055 e R\$1.333 e à baixa de projetos, pela área de controle patrimonial da Companhia, declarados inviáveis pela área de engenharia, diminuindo, assim, o seu imobilizado e em função das chuvas ocorridas na região oeste do estado, houve perdas de estrutura física de sistemas operacionais da Companhia, sendo necessárias obras emergenciais de recuperação, cujas verbas só foram liberadas em janeiro de 2011 e contabilizadas no decorrer do trimestre.
- **Outras despesas** – Essa conta diminuiu R\$1.875 ou 30,10% devido à receita de reversão do passivo atuarial em função da adesão ao novo plano BD da Previminas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Receitas e despesas financeiras:**

Consolidado	<u>31/03/2011</u>		<u>31/03/2010</u>		<u>Variação</u>	
		%		%		%
Variações monetárias e cambiais	5.167	27	8.735	30	-3.568	-40,85
Juros	6.661	35	7.961	27	-1.300	-16,33
Ganho real em aplicações financeiras	3.684	19	7.655	26	-3.971	-51,87
Outras receitas	158	1	363	1	-205	-56,47
Capitalização de ativos financeiros/outros	3.300	17	4.299	15	-999	-23,24
Total de receitas financeiras	18.970	100	29.013	100	-10.043	-34,62
Variações monetárias e cambiais	-7.961	39	-13.395	127	5.434	-40,57
Juros sobre financiamentos	-30.030	147	-25.270	239	-4.760	18,84
Outras despesas	-1.467	7	-909	9	-558	61,39
Total de despesas financeiras	-39.458	193	-39.574	375	116	-0,29
Resultado financeiro líquido	-20.488	100	-10.561	100	-9.927	94,00

➤ **Variações monetárias e cambiais** – o resultado das variações monetárias e cambiais diminuiu no 1º trimestre de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior. Dentre eles, a mudança no cálculo do parcelamento da dívida da PBH com a COPASA, a partir de março de 2010, cuja base de cálculo era sobre m3 faturado por um período de 30 anos, tendo passado para 120 parcelas com juros de 1% ao mês; queda do dólar entre os períodos comparados e à menor arrecadação de receitas comparada ao faturamento previsto no período.

➤ **Ganho real em aplicações financeiras** – A diminuição nessa conta de R\$3.971 ou 51,87% se deve à redução de aplicações financeiras no período.

➤ **Juros sobre financiamentos** – Essa conta aumentou devido ao crescimento na conta juros sobre debêntures em função do maior número de contratos encerrados em fase de retorno, vigência de contrato da Companhia com a Previminas com termo de confissão e parcelamento da dívida relativa à parcela de responsabilidade da patrocinadora pela insuficiência financeira do plano previdencial, com início em novembro de 2010, bem como juros sobre contrato de parcelamento de ISSQN com a Prefeitura de Belo Horizonte.

- **Geração de recursos ou EBITDA** – Foram gerados R\$296.859 no 1º trimestre de 2011 contra R\$237.421 no 1º trimestre de 2010, apresentando um aumento de R\$59.438. A margem EBITDA foi 46,74 no 1º trimestre de 2011 contra 41,28 no mesmo período de 2010, apresentando um aumento de 5,46 p.p.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A tabela abaixo apresenta os cálculos do EBITDA:

Ebtida

Consolidado	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>Variação</u>	%
(+) Receita Líquida de água e esgoto	601.022	563.007	38.015	6,75
(+) Outras receitas operacionais	34.162	12.100	22.062	182,33
(a) Receitas Líquidas de Serviços	635.184	575.107	60.077	10,45
Custos e despesas oper.,adm. e comercias	-403.521	-395.022	-8.499	2,15
Outras despesas operacionais	-13.914	-11.650	-2.264	19,43
Depreciações e amortizações	79.110	68.986	10.124	14,68
(b) Custos e desp. oper. totais (sem depreciação)	-338.325	-337.686	-639	0,19
(=) EBTIDA (a) + (b)	296.859	237.421	59.438	25,03
Margem EBTIDA	46,74	41,28	5,46	

(1) O EBITDA é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

(2) A Margem EBITDA é calculada com base na receita líquida de serviços, que corresponde à receita operacional líquida acrescida de outras receitas operacionais.

07. Balanço Patrimonial – Consolidado

Consolidado	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Variação</u>	%
Ativo circulante	701.811	661.156	40.655	6,15
Ativo não circulante	6.810.229	6.684.139	126.090	1,89
Total do Ativo	7.512.040	7.345.295	166.745	2,27
Passivo circulante	750.433	692.864	57.569	8,31
Passivo não circulante	2.450.213	2.430.246	19.967	0,82
Patrimônio líquido	4.311.394	4.222.185	89.209	2,11
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	7.512.040	7.345.295	166.745	2,27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**• Ativo circulante**

Consolidado	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Variação</u>	<u>%</u>
Disponibilidades	147.954	77.652	70.302	90,53
Contas a receber de clientes	466.025	437.574	28.451	6,50
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	0	56.365	(56.365)	(100,00)
Estoques	30.301	28.854	1.447	5,01
Impostos a recuperar	32.163	31.804	359	1,13
Convênio de cooperação técnica	1.348	0	1.348	100,00
Bancos e aplicações de convênios	12.700	15.122	(2.422)	(16,02)
Créditos diversos	11.320	13.785	(2.465)	(17,88)
Total do ativo circulante	<u>701.811</u>	<u>661.156</u>	<u>40.655</u>	<u>6,15</u>

» Disponibilidades

Saldo em 31 de março de 2011:	147.954	Variação (\$):	70.302
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	77.652	Variação (%):	90,53

Situação: aumento

Esse grupo aumentou devido a reclassificação de aplicações financeiras anteriormente registradas em conta de ativos mantidos até o vencimento.

» Contas a receber de clientes

Saldo em 31 de março de 2011:	466.025	Variação (\$):	28.451
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	437.574	Variação (%):	6,50

Situação: aumento

A variação desse grupo se deve ao aumento dos dias a faturar no mês de março em relação à dezembro em 8,87%, ao aumento no valor do consumo a faturar de esgoto devido ao início do faturamento de novas localidades em janeiro de 2011 (Cruzília e São João de Bicas), ao aumento no valor do consumo a faturar de esgoto da localidade de Lavras que passou em janeiro de 2011 de 40% para 60% e a redução do floating bancário de R\$ 23.300 em fevereiro, para R\$13.512 em março.

» Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Saldo em 31 de março de 2011:	0	Variação (\$):	(56.365)
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	56.365	Variação (%):	(100,00)

Situação: diminuição

Essa conta reduziu devido as aplicações financeiras que atingiram o vencimento e foram transferidas para o grupo de disponibilidades.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**» Bancos e aplicações de convênios**

Saldo em 31 de março de 2011:	12.700	Variação (\$):	(2.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	15.122	Variação (%):	(16,02)

Situação: diminuição

Esse grupo diminuiu em razão dos resgates para fins de pagamentos aos fornecedores.

» Créditos diversos

Saldo em 31 de março de 2011:	11.320	Variação (\$):	(2.465)
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	13.785	Variação (%):	(17,88)

Situação: diminuição

A variação desse grupo se deve ao aumento de adiantamento de férias aos empregados, ocorrido no período.

• Ativo não circulante

Consolidado	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Variação</u>	<u>%</u>
Contas a receber de clientes	211.296	182.335	28.961	15,88
Imposto de renda e contribuição social diferidos	220.674	236.566	(15.892)	(6,72)
Aplicação financeira vinculada	38.180	41.621	(3.441)	(8,27)
Caução em garantia de financiamentos	104.532	100.986	3.546	3,51
Ativos financeiros	277.063	284.339	(7.276)	(3,56)
Créditos diversos	15.918	15.952	(34)	(0,21)
Total realizável a longo prazo	867.663	861.799	5.864	0,68
Investimentos	22.060	260	21.800	n.m.
Intangível	5.786.174	5.684.387	101.787	1,79
Imobilizado	134.332	137.693	(3.361)	(2,44)
Total do permanente	5.942.566	5.822.340	120.226	2,06
Total do ativo não circulante	6.810.229	6.684.139	126.090	1,89

» Contas a receber de clientes

Saldo em 31 de março de 2011:	211.296	Variação (\$):	28.961
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	182.335	Variação (%):	15,88

Situação: aumento

O aumento nessa conta refere-se a atualização monetária anual baseada no índice IPCA – E, realizado no saldo de contas a receber devido pelo Município de Belo Horizonte referente a débito de faturas de água e esgoto, compensado pela transferência do longo prazo para o curto prazo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**» Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Saldo em 31 de março de 2011:	220.674	Variação (\$):	(15.892)
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	236.566	Variação (%):	(6,72)

Situação: diminuição

A redução da tributação diferida refere-se à baixa das provisões para o passivo atuarial por reconhecimento da dívida e da provisão do ISSQN, que teve parte de seu contingente controlado nas contas de provisão por ser a amortização feita por compensação das dívidas, ficando como diferido somente o valor inicialmente parcelado.

» Investimentos

Saldo em 31 de março de 2011:	22.060	Variação (\$):	21.800
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	260	Variação (%):	n.m.

Situação: aumento

A variação nesse grupo refere-se a integralização de participação societária na SPE, Foz de Jeceaba, ocorrida no mês de janeiro de 2011.

» Intangível

Saldo em 31 de março de 2011:	5.786.174	Variação (\$):	101.787
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	5.684.387	Variação (%):	1,79

Situação: aumento

A variação desse grupo refere-se ao investimento da Companhia em sistemas de esgotamento sanitário

• Passivo circulante

Consolidado	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Variação</u>	%
Empréstimos e financiamentos	164.629	149.960	14.669	9,78
Debêntures	100.875	97.368	3.507	3,60
Empreiteiros e fornecedores	126.055	122.325	3.730	3,05
Impostos, taxas e contribuições	39.831	43.818	(3.987)	(9,10)
Parcelamento de impostos	40.733	36.370	4.363	12,00
Provisão para férias e 13º salário	75.381	73.154	2.227	3,04
Participação dos empregados nos lucros	34.876	27.132	7.744	28,54
Juros sobre o capital próprio	103.180	66.859	36.321	54,32
Convênio de cooperação técnica	0	2.462	(2.462)	(100,00)
Plano de pensão	11.526	17.769	(6.243)	(35,13)
Energia elétrica	27.313	27.565	(252)	(0,91)
Obrigações diversas	26.034	28.082	(2.048)	(7,29)
Total do passivo circulante	750.433	692.864	57.569	8,31

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**» Empréstimos e financiamentos**

Saldo em 31 de março de 2011:	164.629	Variação (\$):	14.669
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	149.960	Variação (%):	9,78

Situação: aumento

A variação desse grupo se deve ao aumento de contratos em fase de retorno no período.

» Parcelamento de impostos

Saldo em 31 de março de 2011:	40.733	Variação (\$):	4.363
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	36.370	Variação (%):	12,00

Situação: aumento

O aumento desse grupo se deve a amortização da dívida referente ISSQN no valor de R\$10.065, compensado pela transferência dessa dívida registrada no longo prazo para o curto prazo, no valor de R\$14.442.

» Participação dos empregados nos lucros

Saldo em 31 de março de 2011:	34.876	Variação (\$):	7.744
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	27.132	Variação (%):	28,54

Situação: aumento

Essa conta variou devido ao aumento da participação dos empregados nos lucros realizados no exercício de 2011 no valor de R\$7.744.

» Juros sobre o capital próprio

Saldo em 31 de março de 2011:	103.180	Variação (\$):	36.321
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	66.859	Variação (%):	54,32

Situação: aumento

Essa conta variou devido ao aumento do lucro auferido no 1º trimestre de 2011, impactando o provisionamento dos juros sobre capital próprio no valor de R\$39.421, compensados pelo pagamento do imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio apurado em dezembro de 2010 no valor de R\$3.100.

» Plano de pensão

Saldo em 31 de março de 2011:	11.526	Variação (\$):	(6.243)
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	17.769	Variação (%):	(35,13)

Situação: diminuição

Essa conta diminuiu em razão do recolhimento da contribuição do mês de março ter ocorrido dentro do próprio mês.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**• Obrigações diversas**

Consolidado	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Variação</u>	%
Repassse tarifário	3	0	3	100,00
Débitos de concessões	21.182	22.535	(1.353)	(6,00)
Total prefeituras	21.185	22.535	(1.350)	(5,99)
Outras	4.849	5.547	(698)	(12,58)
Total de obrigações diversas	26.034	28.082	(2.048)	(7,29)

• Passivo não circulante

Consolidado	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Variação</u>	%
Caixa Econômica Federal	645.207	652.226	(7.018)	(1,08)
Governo Estadual / BDMG	10.996	11.472	(476)	(4,15)
Tesouro Nacional	68.720	77.397	(8.677)	(11,21)
BNDES/BNE	402.213	370.945	31.268	8,43
Em moeda nacional	1.127.136	1.112.039	15.097	1,36
União federal - bônus	47.656	49.040	(1.384)	(2,82)
Em moeda estrangeira	47.656	49.040	(1.384)	(2,82)
Total de empréstimos e financiamentos	1.174.792	1.161.079	13.713	1,18
Debêntures não conversíveis	573.795	568.025	5.770	1,02
Debêntures conversíveis	133.915	133.740	175	0,13
Total de debêntures	707.710	701.765	5.945	0,85
Provisão para contingências	34.675	34.947	(272)	(0,78)
Provisão tributária	43.269	54.538	(11.269)	(20,66)
Parcelamento de impostos	218.318	192.868	25.450	13,20
Plano de pensão	145.850	154.509	(8.659)	(5,60)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	65.667	63.993	1.674	2,62
Energia elétrica	11.935	17.219	(5.284)	(30,69)
Outras obrigações	47.997	49.328	(1.331)	(2,70)
Total do passivo não circulante	2.450.213	2.430.246	19.967	0,82

» Total de empréstimos e financiamentos

Saldo em 31 de março de 2011:	1.174.792	Variação (\$):	13.713
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	1.161.079	Variação (%):	1,18

Situação: aumento

Esse grupo aumentou devido a novos desembolsos BNDES/BNE ocorridos no período, compensados pelas transferências para o curto prazo em decorrência de amortizações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**» Provisão tributária**

Saldo em 31 de março de 2011:	43.269	Variação (\$):	(11.269)
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	54.538	Variação (%):	(20,66)

Situação: diminuição

A diminuição se deve a reversão do crédito presumido do PIS/PASEP e COFINS, no valor de R\$11.691, compensado pela atualização do crédito presumido em março 2011 no valor de R\$421.

» Parcelamento de impostos

Saldo em 31 de março de 2011:	218.318	Variação (\$):	25.450
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	192.868	Variação (%):	13,20

Situação: aumento

Esse grupo aumentou devido a atualização da dívida do ISSQN no valor de R\$ 39.695 compensado pela transferência do longo prazo para o curto prazo no valor de R\$14.442.

» Plano de pensão

Saldo em 31 de março de 2011:	145.850	Variação (\$):	(8.659)
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	154.509	Variação (%):	(5,60)

Situação: diminuição

A variação nessa conta ocorreu devido à reversão do passivo atuarial, no valor de R\$ 5.557, pela transferência de R\$ 6.404 para o curto prazo compensada pela variação monetária de R\$ 3.301.

» Energia elétrica

Saldo em 31 de março de 2011:	11.935	Variação (\$):	(5.284)
Saldo em 31 de dezembro de 2010:	17.219	Variação (%):	(30,69)

Situação: diminuição

Essa conta reduziu devido às amortizações das parcelas da dívida junto à concessionária CEMIG.

• Patrimônio líquido

Consolidado	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Variação</u>	%
Saldo anterior	4.222.185	3.776.622	445.563	11,80
Lucro líquido	128.629	669.776	(541.147)	(80,80)
Juros sobre o capital próprio	(39.420)	(224.213)	184.793	(82,42)
Saldo final	4.311.394	4.222.185	89.209	2,11

O aumento do Patrimônio Líquido se deve ao crescimento do lucro da Companhia no período.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA”, “Controladora” ou “Companhia”, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu objeto é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

A COPASA possui 100% de participação societária nas seguintes empresas em 31 de março de 2011:

- ▶ Copasa Águas Minerais de Minas S/A, criada pela Lei Estadual nº. 16.693, de 11 de janeiro de 2007, com o objetivo de produzir, envasar, distribuir e comercializar águas minerais das fontes das quais seja proprietária ou concessionária, além de administrar e explorar os Parques das Águas de Caxambu, Araxá, Cambuquira e Lambari.
- ▶ Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR, criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.
- ▶ Copasa Serviços de Irrigação S/A, criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, tem por objeto administrar, executar e explorar os serviços do sistema de irrigação do Projeto Jaíba e realizar a sua manutenção, para o que poderá utilizar recursos e pessoal próprio ou de terceirizados. A Subsidiária, sempre que vantajoso em termos econômicos poderá contratar, mediante regular processo de licitação, a execução das obras e serviços necessários à operação do sistema, bem como adquirir produtos, equipamentos e materiais que se façam necessários ao desempenho de suas atividades.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011, a Companhia atuava em 880 localidades no Estado de Minas Gerais (879 em dezembro de 2010), em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário, totalizando cerca de 4.247.165 economias atendidas (4.214.755 em dezembro de 2010). Merece destaque as vinte maiores concessões de água e esgoto das quais a Companhia é detentora:

Concessões de água			Concessões de esgotamento sanitário	
Localidade	Nº. de Economias	Venci-mento	Localidade	Venci-Mento
Belo Horizonte	923.850	2034	Belo Horizonte	2034
Contagem	210.299	2073	Contagem	2073
Betim	122.191	2042	Montes Claros	2028
Montes Claros	114.900	2028	Betim	2042
Ribeirão das Neves	83.272	2034	Ipatinga	2022
Divinópolis	82.458	2033	Ribeirão das Neves	2034
Ipatinga	76.608	2022	Santa Luzia	2013
Santa Luzia	64.298	2013	Patos de Minas	2038
Patos de Minas	50.167	2038	Pouso Alegre	2046
Ibirité	46.794	2034	Varginha	2013
Pouso Alegre	45.797	2046	Conselheiro Lafaiete (2)	2009
Varginha	45.756	2013	Araxá	2032
Conselheiro Lafaiete (2)	44.331	2010	Lavras	2034
Sabará (1)	38.571	2007	Ibirité	2034
Teófilo Otoni	38.461	2034	Teófilo Otoni	2034
Lavras	36.834	2034	Itajubá	2034
Araxá	35.483	2032	Alfenas	2033
Ubá	32.453	2014	Coronel Fabriciano	2033
Itajubá	32.420	2034	Pará de Minas (2)	2009
Coronel Fabriciano	31.989	2033	Vespasiano	2034

- 1) O contrato de concessão com o Município de Sabará encerrou-se em 03 de agosto de 2007. Já foi assinado convênio entre o Município de Sabará e o Estado de Minas Gerais, e as negociações com a Companhia continuam objetivando a assunção dos serviços de esgotamento sanitário. O faturamento de água no 1º trimestre de 2011 em Sabará foi de R\$4.291 (R\$4.186 em 2010), ou 0,62% (0,64% em 2010) do faturamento da Companhia.
- 2) O contrato de concessão com o Município de Conselheiro Lafaiete encerrou-se em 23 de julho de 2010, e com o Município de Pará de Minas encerrou-se em 01 de outubro de 2009. O faturamento de água e esgoto no 1º trimestre de 2011 em Conselheiro Lafaiete foi de R\$6.333 e em Pará de Minas de R\$6.477 (R\$5.897 e R\$5.988 no 1º trimestre de 2010), ou 0,91% 0,94% (0,90% e 0,91% em 2010) do faturamento da Companhia, respectivamente. A Companhia está envidando esforços para renovar estas concessões.

Notas Explicativas

02. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

A diretoria executiva da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações financeiras trimestrais de 31 de março de 2011 da controladora e do consolidado em 10 de maio de 2011.

As informações financeiras trimestrais da controladora e do consolidado estão apresentadas em milhares de Reais (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

(a) Base de preparação

As informações trimestrais, controladora e do consolidado, foram elaboradas com base no custo histórico.

As informações trimestrais individuais e do consolidado da Companhia para o período de três meses findo em 31 de março 2011 foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que estão de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, exceto pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo (vide Nota 08), e pela correção monetária dos itens dos ativos intangível e imobilizado para os exercícios de 1996 e 1997, cujo registro não é permitido pela legislação societária brasileira, mas requerido pelo IAS e, portanto, registrada para fins de IFRS (vide Nota 02 "c").

As informações trimestrais da Companhia para o período de três meses findo em 31 de março 2011 foram elaboradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e IAS 34 - *Interim Financial Reporting* (consolidado).

A partir de 1º de janeiro de 2011, passaram a vigorar os seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 24 - Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada); IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo; e IFRC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital. As adoções destes pronunciamentos e interpretações não impactaram as informações trimestrais de 31 de março de 2011.

Em relação ao pronunciamento IFRS 9 Instrumentos Financeiros . Classificação e Mensuração, que passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia encontra-se em fase de análise deste pronunciamento para concluir se o mesmo acarretará em algum impacto significativo em suas demonstrações financeiras e informações trimestrais.

Notas Explicativas

(b) Consolidação

As informações financeiras trimestrais consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cujas participações percentuais na data do balanço estão assim resumidas:

	% de participação no capital	
	Total	Votante
Controladas:		
Copasa Águas Minerais de Minas S/A	100	100
Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – COPANOR	100	100
Copasa Serviços de Irrigação S/A	100	100

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto ou qualquer outra condição que se permita exercer o controle. Atualmente todas as controladas são subsidiárias integrais da Controladora. Essas controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As informações trimestrais das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

(c) Correção monetária consolidado

Todos os itens dos ativos intangível e imobilizado do consolidado são apresentados pelos seus custos históricos corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1997, data em que a economia brasileira deixou de ser considerada hiperinflacionária, com base em índices oficiais, menos depreciação. Os ajustes contábeis decorrentes dessa correção monetária impactaram o patrimônio líquido consolidado e o lucro líquido consolidado, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos em R\$36.239 e R\$1.618, respectivamente, em 31 de março de 2011 (R\$41.984 e R\$1.149, respectivamente, em 31 de março de 2010).

03. Sumário das Principais Práticas Contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Notas Explicativas

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis:

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros mantidos até o vencimento, depósitos em garantias, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade.

(c) Contas a receber

(i) De clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

A provisão para perda é calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, de acordo com os seguintes critérios:

Créditos de valores até R\$5, vencidos há mais de 180 dias:

Tais créditos, exceto os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, são considerados como perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixados contra o resultado, na rubrica despesas comerciais.

Notas Explicativas

Créditos de valores acima de R\$5, vencidos há mais de 180 dias:

É constituída provisão para perda ao valor recuperável para todos os créditos, exceto para os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, vencidos entre 180 e 360 dias, a crédito da rubrica provisão para devedores duvidosos e a débito do resultado.

Assim que o crédito ultrapassa 360 dias de atraso, o mesmo é baixado da rubrica de contas a receber contra a conta de provisão para devedores duvidosos.

Outros créditos a receber de órgãos do Governo Municipal e Federal:

Os créditos a receber de órgãos dos Poderes Federal e Municipal, decorrentes de convênios, contratos e outras operações, vencidos há mais de 360 dias, são integralmente provisionados.

Valores a receber do Governo de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH):

A Companhia não constitui provisão para perda dos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais em razão de inexistência de histórico de inadimplência. Os créditos junto à PBH não pagos até a data do repasse tarifário ao Fundo Municipal de Água e Esgoto são descontados integralmente do valor a ser repassado, não sendo necessária a provisão para perdas.

Provisão complementar:

A Administração também constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para devedores duvidosos.

(ii) Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

Notas Explicativas

(d) Moedas e Conversão em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As informações trimestrais da controladora e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

(e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

(f) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

(g) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme item (s) desta nota, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, reconhecido conforme Nota 05, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

Notas Explicativas

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Direito de uso

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela COPASA de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão.

Estes direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquirir as mesmas e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

(h) Imobilizado

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	Anos
Edificações	25 – 40
Máquinas	10 – 15
Veículos	3 – 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 – 8

Notas Explicativas

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as edificações da Companhia.

O valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo ou do grupo de ativos ao qual pertence for maior do que seu valor recuperável estimado (conforme item (i) desta nota).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

(i) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia, a cada encerramento do exercício social, se há indício de perdas no valor recuperável de seus ativos. Caso haja esse indício, ou quando este teste anual da perda no valor recuperável de um ativo é requerido, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo corresponde ao valor justo de um ativo ou da unidade geradora de caixa (CGU), menos os custos de venda, ou o seu valor em uso baseado no modelo do fluxo de caixa descontado, dos dois o menor, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou CGU ultrapassar o seu valor recuperável, considera-se ter havido perda no valor recuperável do ativo, sendo ajustado ao seu valor recuperável. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo. Um modelo adequado de avaliação é utilizado para determinar o valor justo menos custo de venda. Esses cálculos são confirmados por múltiplos de avaliação e outros indicadores de valor justo disponíveis.

Perdas no valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para ativos que excluem ágio, uma avaliação é feita a cada encerramento do exercício social sobre a existência de qualquer indício de que as perdas ao valor recuperável anteriormente reconhecidas não mais existam ou possam ter sofrido redução. Se existir esse indício, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda de valor recuperável anteriormente reconhecida é estornada apenas se tiver ocorrido uma mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo, desde que a última perda de valor recuperável foi reconhecida. O estorno é limitado de forma que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu valor recuperável, nem o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda de valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esse estorno é reconhecido na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

(j) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

(i) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (dias), sendo, em razão disso, reconhecidos como sendo de valor justo.

(ii) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(iii) Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelo seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

(k) Provisões

As provisões tributárias e para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, provisões são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa de juros antes do imposto corrente que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

(l) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados.

Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e são registrados no resultado, na rubrica despesas financeiras. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, esses juros sobre o capital próprio são revertidos da rubrica de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

(m) Tributação

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

(i) Imposto de renda corrente

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço, da controladora e suas controladas que geram lucro real. A administração avalia, periodicamente, a posição assumida em declarações de impostos com relação a situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Notas Explicativas

(ii) Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- onde o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário; e
- a respeito das diferenças tributárias temporárias relacionadas com investimentos em subsidiárias, onde o tempo da reversão da diferença temporária pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados exceto quando:

- o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é considerado uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário; e
- a respeito das diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em subsidiárias, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável estará disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos tributários diferidos ajustados são reavaliados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas serem aplicáveis no ano em que estima-se que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

Notas Explicativas

(iii) Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP – Programa de integração social	1,65
COFINS – Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	7,00 a 18,00

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

(n) Benefícios a empregados

(i) Obrigações de aposentadoria

A Companhia implantou em 29 de outubro de 2010 uma nova estratégia previdencial, a qual definiu o fechamento do Plano de Benefício Definido para novas adesões naquela data e a criação do Plano de Benefício Saldado e do novo Plano de Contribuição Definida. O resultado dessa estratégia está demonstrado na Nota 17, onde se verifica a significativa redução dos riscos para a Companhia e para os empregados, decorrente das migrações realizadas entre os planos.

O Plano de Benefício Saldado é constituído pelo direito acumulado de cada participante calculado na data de implantação da nova estratégia. Esse plano receberá apenas as contribuições para a cobertura de despesas administrativas e apesar de estudos não apontarem possibilidade de insuficiência financeira, em razão dos superávits gerados pelos ativos do plano, face a diferença ocorrida entre o valor da correção dos benefícios calculado pela variação do INPC e os rendimentos dos ativos calculados por taxas de mercado, as eventuais insuficiências serão cobertas por contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes de forma paritária.

O Novo Plano de Contribuição Definida funciona como uma poupança individual para a aposentadoria, recebendo contribuições do participante e da patrocinadora que são depositadas em conta individual de cada participante. Todas as contribuições recebidas são aplicadas no mercado financeiro. Além disso, durante a permanência na Companhia, o participante pode programar a formação dessa poupança de acordo com a sua disponibilidade financeira. A contribuição da patrocinadora será igual a contribuição do participante, que por sua vez é correspondente à aplicação de um percentual de 3% a 10%, conforme opção do participante, sobre o seu salário efetivo.

Notas Explicativas

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos acima referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período base anterior ultrapassarem 10% da obrigação ou o valor justo dos ativos dos planos naquela data, dos dois o maior. Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam dos planos.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas participação sobre lucros a pagar aos empregados, no passivo circulante, e participação nos lucros e resultados/empregados, no resultado. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

(o) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

(p) Capital social

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

Notas Explicativas

(q) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(ii) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção (IAS 11), segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico – financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. Essa receita passou a ser atribuída, a partir de 1º de janeiro de 2011, com base na taxa do custo ponderado médio de capital – WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras, e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços e materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

Notas Explicativas

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

(iv) Venda de produtos

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas.

(r) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base na legislação societária brasileira e no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado pelos órgãos competentes ou pago, o que ocorrer primeiro.

O valor que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

(s) Contratos de concessão

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, com interveniência do Estado de Minas Gerais. Os contratos de concessão foram reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01(IFRIC 12).

Notas Explicativas

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível este direito de cobrar dos usuários durante período de concessão, sendo o valor amortizado conforme divulgado no item (g) desta nota.

Adicionalmente, a Companhia possui em todos os seus contratos, exceto nos Municípios de Ipatinga e Além Paraíba, um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ao poder concedente. Nestes casos, a Companhia reconheceu um ativo financeiro, descontado a valor presente, considerando a melhor estimativa de recebimento ao final da concessão, conforme divulgado no item (c) desta nota.

(t) Custos dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Conforme permitido pela ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

(u) Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com as suas Subsidiárias Integrais, as transações financeiras mantidas com o pessoal chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas e/ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

Notas Explicativas

04. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

A preparação das informações trimestrais da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Os principais assuntos sujeitos a julgamento e estimativas podem ser assim descritos:

(i) Reconhecimento de receita de construção

A Companhia usa o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de prestação de serviços de construção acordados a preço fixo. O uso do método POC requer que a Companhia estime os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados. Se a proporção dos serviços realizados em relação ao total dos serviços contratados apresentasse uma diferença acima de 10% em relação às estimativas da administração, a receita reconhecida no trimestre aumentaria em R\$28.361; caso a diferença fosse inferior a 10% em relação às estimativas da administração, a receita reconhecida no trimestre sofreria queda de R\$9.139.

(ii) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de juros de desconto apropriada ao final de cada exercício, que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera que a taxa de desconto no Brasil, para fins de atendimento ao disposto nas normas contábeis, deve ser obtida com base nos retornos oferecidos pelos títulos do governo (NTN-B) na data-base da avaliação atuarial, sem ajustes em função de fatores de risco Brasil ou expectativas futuras de oscilações na rentabilidade destes títulos.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 17.

(iii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros.

Notas Explicativas

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscal anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes.

Impostos diferidos ativo são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e valores estimados de lucros tributáveis futuros, juntamente com futuras estratégias de planejamento fiscal.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 15.

(iv) Perda do valor recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vender é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos incrementais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

Em 31 de março de 2011, a Companhia possui contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 880 localidades do Estado de Minas Gerais. Os contratos de concessão são firmados com cada município, por períodos que variam entre 30 anos e 99 anos, sendo todos os contratos bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – ARSAE – MG e são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

Notas Explicativas

Os prazos das principais concessões bem como as principais alterações ocorridas nos contratos de concessão ocorridas no exercício findo em 31 de março de 2011 estão descritas na Nota 01.

A Companhia possui, em 31 de março de 2011, R\$271.985 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$280.053 em 31 de dezembro de 2010). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital – WACC, atrelados aos respectivos contas a receber. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia no exercício estão demonstrados abaixo:

	31/03/2011	31/03/2010
Receitas de construção	177.889	169.171
Custos de construção	(174.920)	(164.183)

06. Caixa e Equivalentes de Caixa

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010
Recursos em caixa e bancos	31.967	40.318
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	114.446	35.475
Total	146.413	75.793
	Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
Recursos em caixa e bancos	32.959	41.509
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	114.995	36.143
Total	147.954	77.652

A Companhia mantém aplicados os recursos próprios provenientes de sua atividade, em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, que no 1º trimestre de 2011, foi de 90% a 115% (98,50% a 115% no 1º trimestre de 2010). As receitas financeiras no 1º trimestre de 2011 totalizaram R\$3.668 (R\$8.282 no 1º trimestre de 2010), sendo R\$2.766 relativo às aplicações financeiras com resgate inferior a 90 dias (R\$7.830 no 1º trimestre de 2010) e R\$902 relativo à caução das debêntures (R\$452 no 1º trimestre de 2010).

Notas Explicativas

No 1º trimestre e de 2011 a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora	
	2011	2010
Em 1º de janeiro	35.475	380.186
Novas aplicações	489.412	373.500
Transf. ativos financeiros mantidos até o vencimento	56.365	-
Rendimentos	2.766	7.830
Resgates	(469.572)	(459.843)
Em 31 de março	114.446	301.673

	Consolidado	
	2011	2010
Em 1º de janeiro	36.143	380.410
Novas aplicações	490.098	373.500
Transf. ativos financeiros mantidos até o vencimento	56.365	-
Rendimentos	2.782	7.834
Resgates	(470.393)	(459.977)
Em 31 de março	114.995	301.767

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

Notas Explicativas**07. Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber**

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
A vencer	62.087	64.719	66.118	68.054
Vencidos até 30 dias	67.132	62.918	67.132	62.918
Vencidos de 31 até 60 dias	28.620	28.289	28.620	28.289
Vencidos de 61 até 90 dias	15.639	12.594	15.639	12.594
Vencidos de 91 até 180 dias	23.081	21.230	23.081	21.230
Vencidos acima de 180 dias	41.336	37.809	41.336	37.809
Valores faturados	237.895	227.559	241.926	230.894
Valores a faturar	247.697	228.772	247.697	229.331
Contas a receber de clientes	485.592	456.331	489.623	460.225
(-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(22.323)	(21.480)	(23.598)	(22.651)
	463.269	434.851	466.025	437.574
Contas a receber de longo prazo (Nota 25)	211.296	182.335	211.296	182.335
Contas a receber de clientes, líquidas	674.565	617.186	677.321	619.909
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (c)	-	56.365	-	56.365
Cauções em garantias de empréstimos e debêntures (d)	104.532	100.986	104.532	100.986
Créditos com controladas (a)	63.244	59.970	-	-
Aplicação financeira vinculada (b)	38.180	41.621	38.180	41.621
Outros	14.948	14.982	15.918	15.952
Total	895.469	891.110	835.951	834.833
Ativo não circulante	(432.200)	(399.894)	(369.926)	(340.894)
Ativo circulante	463.269	491.216	466.025	493.939

Em 31 de março de 2011, as contas a receber de clientes da controladora, no valor de R\$120.531 (R\$113.171 em dezembro de 2010) encontram-se vencidas, mas não possuem provisão para perdas. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31/03/2011	31/12/2010
Até três meses	102.936	97.986
De três a seis meses	17.121	14.649
Estado de Minas Gerais	474	536
Total	120.531	113.171

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011, as contas a receber de clientes da controladora, no total de R\$22.323 (R\$21.480 em dezembro de 2010) estavam vencidas e consideradas irrecuperáveis. As contas a receber individualmente irrecuperáveis referem-se principalmente a clientes prestadores de serviço na área da saúde, para os quais a COPASA, em virtude de sua política e imagem social, não interrompe os serviços de fornecimento de água tratada e abastecimento sanitário. Segundo avaliação da Administração, uma parcela dessas contas a receber pode ser recuperada. Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	31/03/2011	31/12/2010
A vencer	486	770
Vencidos até 30 dias	680	526
Vencidos de 31 a 60 dias	739	737
Vencidos de 61 a 90 dias	1.013	716
Vencidos de 91 a 180 dias	2.077	2.502
Vencidos de 181 a 360 dias	4.798	4.516
Vencidos acima de 360 dias	12.530	11.713
Total	22.323	21.480

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas apenas em Reais, não havendo contas a receber em moeda estrangeira.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	2011	
	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro	21.480	22.651
Provisão para perdas de contas a receber	9.970	10.074
Contas a receber de clientes baixadas durante o trimestre como incobráveis	(9.127)	(9.127)
Em 31 de março	22.323	23.598

A provisão para perdas do valor recuperável do “contas a receber” foi registrada no resultado do exercício como "outras despesas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais contas a receber não contêm ativos com perda do valor recuperável.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima (Nota 19). A Companhia mantém receitas tarifárias como garantia em financiamentos.

- a) Refere-se a contratos de mútuo e a despesas com salários e encargos de funcionários cedidos pela COPASA às suas subsidiárias e que estão sendo reembolsados de acordo com o previsto contratualmente, sendo R\$46.091 referente às Águas Minerais, R\$15.528 referente à COPANOR e R\$1.625 referente à Serviços de Irrigação (R\$43.441, R\$14.916 e R\$1.613 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente);

Notas Explicativas

- b) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas – ANA, em poder da COPASA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, a ser transferido na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão do Onça - ETE Onça, no Município de Belo Horizonte e da estação de tratamento de esgoto - ETE Betim Central, no Município de Betim, quando do cumprimento das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia também mantém esses recursos em seu exigível a longo prazo, em conta de depósito para obras (Nota 11). Em novembro de 2009, fevereiro e agosto de 2010, a ANA liberou os valores de R\$2.030, R\$2.044 e R\$4.264, respectivamente, referente às quatro parcelas trimestrais relativas ao cumprimento da primeira etapa de metas na ETE Onça. Em março de 2011 foram liberadas as duas primeiras parcelas referentes ao cumprimento da segunda etapa na ETE Onça, no valor de R\$4.492;
- c) Refere-se a aplicações financeiras negociadas com prazo de resgate superior a 90 dias;
- d) As cauções em garantia de empréstimos e debêntures estão detalhadas no item “b” da Nota 12.

08. Investimentos

	Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010
Em sociedades controladas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial		
Copasa Águas Minerais de Minas S.A.	1	1
Coponor	1	1
Copasa Serviços de Irrigação S.A.	1	1
Total	3	3
	Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010
Em sociedades avaliadas pelo método de custo		
Foz de Jeceaba	21.800	-
Outros	260	260
Total	22.060	260
	Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
Foz de Jeceaba	21.800	-
Outros	260	260
Total	22.060	260

Notas Explicativas

As principais informações sobre as controladas são como segue:

Subsidiárias	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro (prejuízo)	Número de ações	Participação Copasa (%)
31/03/2011					
Águas Minerais	(38.312)	13.929	(52.241)	13.929	100
Coponor	(12.263)	1	(12.262)	1	100
Serviços de Irrigação	(1.137)	1	(1.136)	1	100
31/12/2010					
Águas Minerais	(34.799)	13.929	(48.728)	13.929	100
Coponor	(11.483)	1	(11.484)	1	100
Serviços de Irrigação	(1.029)	1	(1.030)	1	100

A movimentação dos investimentos em controladas é a seguinte:

	31/12/2010	Equivalência patrimonial	31/03/2011
Águas Minerais	1	-	1
Coponor	1	-	1
Serviços de Irrigação	1	-	1
Total	3	-	3

Em 31 de março de 2011, as subsidiárias apresentam passivo a descoberto de R\$32.358 (R\$27.957 em dezembro de 2010), para o qual a Companhia constituiu provisão para perdas. Essa provisão está registrada no “passivo não circulante”, na rubrica “obrigações diversas”.

	31/12/2010	Equivalência patrimonial	31/03/2011
Águas Minerais	(15.443)	(3.513)	(18.956)
Coponor	(11.484)	(780)	(12.264)
Serviços de Irrigação	(1.030)	(108)	(1.138)
Total	(27.957)	(4.401)	(32.358)

A Copasa Águas Minerais apresenta prejuízos acumulados e deficiência de capital de giro. As operações dessa controlada iniciaram-se em setembro de 2008, e em função de custos elevados de produção ainda não conseguiu atingir as metas de vendas projetadas.

A Copasa Águas Minerais está em processo de revisão de sua estrutura de custos e estudos de viabilização de seus negócios. A continuidade operacional desta controlada dependerá de reestruturação operacional visando sua adequação no contexto do mercado em que atua bem como ao suporte financeiro da controladora. As demonstrações contábeis da Copasa Águas Minerais, base para a equivalência patrimonial e consolidação da Companhia, foram preparadas no pressuposto de sua continuidade e não incluem ajustes relativos à realização e classificação de seus ativos nem a valorização de seus passivos, que poderiam ser requeridos na impossibilidade dessa subsidiária continuar operando.

O Conselho de Administração da COPASA MG autorizou, em 28 de janeiro de 2010, a realização de investimento no valor de R\$21.800, de forma minoritária, na Sociedade Propósito Específico em conjunto com as empresas Odebrecht Engenharia Ambiental e Lumina Resíduos Industriais S.A., correspondendo a uma participação de 15,5%. Este investimento foi efetivado em janeiro de 2011, com a integralização de capital na referida sociedade.

Notas Explicativas**09. Intangível**

Custo	Controladora				Em formação	Total
	Sistemas de água	Esgotamento sanitário	Direitos de uso	Outros (*)		
Saldo contábil em 31/12/2010	3.823.739	2.260.213	276.835	(160.288)	2.461.843	8.662.342
Adições	46.623	44.526	541	(1.412)	117.026	207.304
Baixas	(5.133)	(621)	44	70	(25.842)	(31.482)
Transferências	(62)	82	(89)	(102)	-	(171)
Saldo contábil em 31/03/2011	3.865.167	2.304.200	277.331	(161.732)	2.553.027	8.837.993
Amortização						
Saldo contábil em 31/12/2010	(2.320.370)	(662.055)	(39.036)	(9.150)	-	(3.030.611)
Adições	(42.937)	(26.041)	(3.970)	2.333	-	(70.615)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	(34.271)	34.271	-	-
Saldo contábil em 31/03/2011	(2.363.307)	(688.096)	(77.277)	27.454	-	(3.101.226)
Saldo líquido 31/03/2011	1.501.860	1.616.104	200.054	(134.278)	2.553.027	5.736.767
Saldo líquido 31/12/2010	1.503.369	1.598.158	237.799	(169.438)	2.461.843	5.631.731

A amortização no 1º trimestre de 2011, apropriada ao resultado, foi de R\$66.619 (R\$64.311 no 1º trimestre de 2010) como custo dos serviços prestados, de R\$1.036 (R\$1.047 no 1º trimestre de 2010) como despesas comerciais e de R\$2.960 (R\$2.214 no 1º trimestre de 2010) como despesas administrativas.

(*) Refere-se principalmente a reversão das doações e subvenções recebidas.

Notas Explicativas

Consolidado						
Custo	Sistemas de água	Esgotamento sanitário	Direitos de uso	Outros (*)	Em formação	Total
Saldo contábil em 31/12/2010	4.138.579	2.289.715	229.561	(63.703)	2.461.843	9.055.995
Reclassificações	(62)	80	45.452	(45.452)	-	18
Adições	46.370	44.526	541	(1.698)	117.026	206.765
Baixas	(5.545)	(621)	44	70	(25.842)	(31.894)
Saldo contábil em 31/03/2011	4.179.342	2.333.700	275.598	(110.783)	2.553.027	9.230.884
Amortização						
Saldo contábil em 31/12/2010	(2.614.002)	(708.089)	(40.370)	(9.147)	-	(3.371.608)
Adições	(45.035)	(26.423)	(3.975)	2.329	-	(73.104)
Baixas	2	-	-	-	-	2
Transferências	-	-	(34.271)	34.271	-	-
Saldo contábil em 31/03/2011	(2.659.035)	(734.512)	(78.616)	27.453	-	(3.444.710)
Saldo líquido 31/03/2011	1.520.307	1.599.188	196.982	(83.330)	2.553.027	5.786.174
Saldo líquido 31/12/2010	1.524.577	1.581.626	189.191	(72.850)	2.461.843	5.684.387

A amortização no 1º trimestre de 2011, apropriada ao resultado, foi de R\$69.002 (R\$64.244 no 1º trimestre de 2010) como custo dos serviços prestados, de R\$1.113 (R\$1.087 no 1º trimestre de 2010) como despesas comerciais e de R\$2.987 (R\$2.242 no 1º trimestre de 2010) como despesas administrativas.

No 1º trimestre de 2011 a Companhia capitalizou, na conta “obras em andamento”, juros e encargos de R\$18.497 (R\$16.790 no 1º trimestre de 2010).

(*) Refere-se principalmente a reversão das doações e subvenções recebidas

Notas Explicativas**10. Imobilizado**

Custo	Controladora				
	Terrenos e construções	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Total
Saldo contábil em 31/12/2010	102.656	175.855	102.690	142	381.343
Adições	322	1.742	51	-	2.115
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo contábil em 31/03/2011	102.978	177.597	102.741	142	383.458
Depreciação					
Saldo contábil em 31/12/2010	(58.115)	(121.261)	(89.998)	(105)	(269.479)
Adições	(554)	(3.433)	(1.622)	(2)	(5.611)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo contábil em 31/03/2011	(58.669)	(124.694)	(91.620)	(107)	(275.090)
Saldo líquido 31/03/2011	44.309	52.903	11.121	35	108.368
Saldo líquido 31/12/2010	44.541	54.594	12.692	37	111.864

A depreciação no 1º trimestre de 2011, apropriada ao resultado, foi de R\$5.294 (R\$4.052 no 1º trimestre de 2010) como custo dos serviços prestados, de R\$82 (R\$66 no 1º trimestre de 2010) como despesas comerciais e de R\$235 (R\$139 no 1º trimestre de 2010) como despesas administrativas.

Notas Explicativas

Custo	Consolidado					Total
	Terrenos e construções	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Obras em Andamento	
Saldo contábil em 31/12/2010	110.482	201.967	105.325	4.294	1.402	423.470
Adições	323	1.860	52	5	150	2.390
Baixas	-	(3)	-	-	-	(3)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil em 31/03/2011	110.805	203.824	105.377	4.299	1.552	425.857
Depreciação						
Saldo contábil em 31/12/2010	(65.566)	(127.444)	(92.219)	(548)	-	(285.777)
Adições	(554)	(3.483)	(1.659)	(55)	-	(5.751)
Baixas	-	3	-	-	-	3
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil em 31/03/2011	(66.120)	(130.924)	(93.878)	(603)	-	(291.525)
Saldo líquido 31/03/2011	44.685	72.900	11.499	3.696	1.552	134.332
Saldo líquido 31/12/2010	44.916	74.523	13.106	3.746	1.402	137.693

A depreciação no 1º trimestre de 2011, apropriada ao resultado foi de R\$5.426 (R\$4.186 no 1º trimestre de 2010) como custo dos serviços prestados, de R\$87 (R\$71 no 1º trimestre de 2010) como despesas comerciais e de R\$235 (R\$146 no 1º trimestre de 2010) como despesas administrativas.

Notas Explicativas**11. Fornecedores e Outras Obrigações**

	Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010
Contas a pagar aos fornecedores	123.891	120.135
Impostos, taxas e contribuições	39.516	43.535
Parcelamento de impostos (c)	259.051	229.238
Provisão para férias e 13º salário	75.057	72.854
Juros sobre capital próprio (Nota 18)	103.180	66.859
Energia elétrica (a)	39.248	44.784
Depósito para obras (b)	34.865	34.030
Provisão para perdas com investimentos	32.358	27.957
Outras contas a pagar	39.043	43.249
Total	746.209	682.641
 Passivo não circulante	 (310.605)	 (287.370)
 Passivo circulante	 435.604	 395.271
	Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
Contas a pagar aos fornecedores	126.055	122.325
Impostos, taxas e contribuições	39.831	43.818
Parcelamento de impostos (c)	259.051	229.238
Provisão para férias	75.381	73.154
Juros sobre capital próprio (nota 18)	103.180	66.859
Energia elétrica (a)	39.248	44.784
Depósito para obras (b)	34.868	34.032
Outras contas a pagar	39.163	43.378
Total	716.777	657.588
 Passivo não circulante	 (278.250)	 (259.415)
 Passivo circulante	 438.527	 398.173

A parcela não circulante é composta principalmente pelo parcelamento de impostos.

a) Energia elétrica

Refere-se a parcelamento de dívida oriunda de faturas vencidas, conforme Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida formalizado junto à Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG em 04 de outubro de 2004, no qual a Companhia reconheceu a dívida de R\$78.495, que foi negociada em 96 parcelas mensais e sucessivas até setembro de 2012, atualizadas pelo IGP-M e acrescidas de juros de 0,5% ao mês. Em 31 de março de 2011, restam 18 parcelas a serem pagas. O circulante registra ainda o valor das faturas mensais, no valor de R\$3.443 (R\$4.607 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

b) Depósito para obras

Em dezembro de 2003, a Companhia recebeu repasse de recursos provenientes do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, no valor de R\$12.636, realizados pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão do Onça, em Belo Horizonte. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 012/2003 assinado em 21 de novembro de 2003, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em duas parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual inicialmente previsto para 31 de dezembro de 2007 foi aditado para 1ª de julho de 2013, e a solicitação de emissão da certificação pela Companhia foi requerida em 1º de julho de 2009, conforme o previsto no 3º Termo Aditivo ao referido contrato, assinado em 15 de agosto de 2007. Como a Companhia já possuía, desde novembro de 2008, estudos que comprovavam o cumprimento da 1ª etapa das metas, prevista para julho de 2009, foi reconhecido o direito a 1/3 do valor repassado pela ANA, correspondente a R\$7.499, tendo sido creditado R\$1.250 em receita financeira e R\$6.249 em receita diferida em 2008. Foram reconhecidos como receita do exercício de 2009 R\$6.249 relativo à receita diferida lançada em 2008, e R\$708 relativo a 1/3 da receita auferida no exercício pela aplicação dos recursos recebidos. No exercício de 2010 foi reconhecido como receita R\$494 relativo a 1/3 da receita auferida no exercício pela aplicação dos recursos recebidos, e em outubro de 2010 foi reconhecido o direito a mais 1/3 do valor repassado pela ANA, correspondente ao cumprimento da 2ª etapa das metas, no valor de R\$8.665, tendo sido creditado R\$2.166 em receita financeira e R\$6.499 em receita diferida. Foi reconhecido como receita R\$2.383 relativo a 1/3 da receita auferida no 1º trimestre de 2011 pela aplicação dos recursos recebidos. O cumprimento do cronograma estabelecido a partir do início da certificação transcorre normalmente, com o envio de relatórios trimestrais à ANA. O valor aplicado atualizado até 31 de março de 2011, relativo a este repasse, é de R\$13.442 (R\$17.501 em 31 de dezembro de 2010) - Nota 07.

Em dezembro de 2007, a Companhia recebeu o valor de R\$18.720 relativos a novo repasse de recursos realizado pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário de Betim Central, em Betim. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 039/2007 assinado em 11 de dezembro de 2007, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. A Companhia iniciou o processo de certificação do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES em 1º de julho de 2009 e, em 15 de outubro de 2009 encaminhou relatório para a aprovação da ANA, que fez questionamentos e considerações técnicas, agendando reunião para 29 de janeiro de 2010 para esclarecimentos e continuidade do cronograma previsto. Recebida a aprovação para a primeira medição, a Companhia terá disponibilizado o equivalente a 1/12 avos dos recursos existentes em conta vinculada. Dessa forma, a cada três meses a Companhia deverá emitir relatório de medição e enviá-lo para aprovação da ANA, até completar as doze medições previstas em contrato. Ressalte-se, entretanto, a possibilidade de renegociar com a agência datas de realização de novas medições, devido a não conclusão de empreendimentos que influirão no cumprimento de metas. O valor aplicado atualizado até 31 de março de 2011, relativo a este repasse, é de R\$24.738 (R\$24.120 em 31 de dezembro de 2010) - Nota 07.

Notas Explicativas

c) Parcelamento de impostos

	Controladora/Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
Parcelamento de impostos (*)	21.065	24.576
Parcelamento de ISS (**) (nota 25)	237.986	204.662
Total	259.051	229.238
Parcela circulante	(40.733)	(36.370)
Parcela não circulante	218.318	192.868

- (*) Em 2001, a Companhia adquiriu de terceiros, com deságio de 15%, o valor de R\$65.800 em créditos-prêmio de IPI, os quais foram utilizados para compensação de débitos tributários próprios. Os mencionados créditos foram adquiridos com base em liminares proferidas em ações judiciais propostas pelas empresas cedentes dos créditos. Apesar de a Receita Federal do Brasil ter emitido os correspondentes documentos comprobatórios do pedido de compensação, o Fisco tem entendido em diversas situações que os créditos adquiridos não são passíveis de compensação, seja em razão de sua origem (créditos cedidos por terceiros), seja em razão de sua natureza (crédito-prêmio de IPI), seja em razão da provisoriedade da cessão (as ações ainda não transitaram em julgado). O Superior Tribunal de Justiça vinha reconhecendo, até recentemente, o direito do crédito-prêmio de IPI. Contudo, houve recente modificação da jurisprudência desse órgão, que passou a concluir pela tese de que, por se tratar de incentivo de natureza setorial, o termo de sua vigência teria ocorrido em 05 de outubro de 1990.

Diante do cenário jurisprudencial atual, apesar do entendimento de que a matéria depende de julgamento definitivo pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, nossos consultores externos classificam a possibilidade de perda sobre esse assunto como sendo provável.

A Companhia decidiu pagar esta contingência, e em 27 de novembro de 2009 efetivou pedido de parcelamento de débito, em doze parcelas, em conformidade com a Medida Provisória nº. 470, de 2009. Em setembro de 2010 a Companhia efetivou novo pedido de parcelamento, no valor de R\$28.086, em doze parcelas, em complemento ao pedido anterior.

- (**) Refere-se a termo de compensação no qual os débitos tributários e não tributários devidos pela COPASA serão compensados com os créditos relativos a faturas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário devidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. As dívidas recíprocas estão sendo pagas em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E.

Notas Explicativas**12. Empréstimos e Debêntures**

	Controladora/Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
Circulante		
Governo Estadual/BDMG	4.764	5.429
Caixa Econômica Federal	105.070	100.910
Tesouro Nacional	35.235	34.733
BNDES – BNE	13.720	3.469
União Federal – bônus	5.840	5.419
Empréstimos bancários e financiamentos	164.629	149.960
Debêntures simples	97.498	96.866
Debêntures conversíveis	3.377	502
Debêntures	100.875	97.368
Total circulante	265.504	247.328
Não circulante		
Governo Estadual/BDMG	10.996	11.472
Caixa Econômica Federal	645.207	652.225
Tesouro Nacional	68.720	77.397
BNDES – BNE	402.213	370.945
União Federal – bônus	47.656	49.040
Empréstimos bancários e financiamentos	1.174.792	1.161.079
Debêntures simples	573.795	568.025
Debêntures conversíveis	133.915	133.740
Debêntures	707.710	701.765
Total não circulante	1.882.502	1.862.844
Total circulante e não circulante	2.148.006	2.110.172

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Empréstimos bancários e financiamentos	1.339.421	1.311.039	1.455.809	1.430.085
Debêntures simples	671.293	664.891	655.044	649.480
Debêntures conversíveis	137.292	134.242	137.292	134.242
Total	2.148.006	2.110.172	2.248.145	2.213.807

Notas Explicativas

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Linhas	Taxa contratual	Período meses	Taxa de mercado	Observações
Governo Estadual/BDMG	9,03%	48	7,33%	Taxa CEF por não existir similar
CEF/FGTS	9,98%	207	7,33%	Cotação da taxa da CEF em mar/11
Tesouro Nacional	5,38%	34	7,33%	Taxa CEF por não existir similar
BNDES/BNE	7,63%	128	7,52%	Cotação da taxa da CEF em mar/11
União Federal	4,71%	157	7,33%	Taxa CEF por não existir similar
Debêntures simples	8,49%	96	9,30%	Cotação da taxa da CEF em mar/11
Debêntures conversíveis	8,30%	40	8,30%	Cotação da taxa da CEF em mar/11

a) Empréstimos bancários e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos bancários têm vencimento até 2031 e cupons médios de 8,40% ao ano (8,46% ao ano em 31 de dezembro de 2010). As parcelas de longo prazo vencem como segue:

Ano de vencimento	31/03/2011	31/12/2010
2012	143.052	184.773
2013	191.986	185.705
2014	155.229	148.900
2015	121.779	115.919
2016	89.104	83.963
2017	55.881	51.583
2018 em diante	417.761	390.236
Total	1.174.792	1.161.079

Os valores contábeis dos empréstimos da Companhia em moeda estrangeira totalizam R\$53.496 (R\$54.459 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

b) Garantias dos empréstimos bancários e financiamentos

Em relação aos financiamentos, a Companhia oferece as seguintes garantias:

Contratos em moeda estrangeira

União Federal - bônus:

São garantidos até o saldo do contrato pelo aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Para o Discount Bond e o Par Bond existe garantia acessória na qual a Companhia mantém conta reserva no Banco do Brasil no montante de R\$24.048, atualizado até 31 de março de 2011 (R\$24.639 em 31 de dezembro de 2010), mediante aplicação da média dos preços dos Bônus de Cupom Zero do Tesouro dos Estados Unidos da América, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos.

Contratos em moeda nacional

Financiamentos com cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos:

- Visando aperfeiçoar e ampliar os sistemas operados, a Companhia havia obtido recursos, entre 1995 e 2001, junto a diversos órgãos financiadores, e, em 29 de outubro de 2002, estes contratos foram englobados no Termo de Vinculação de Receitas assinado entre a Companhia, a Caixa Econômica Federal, designada como operadora, e o Unibanco, como agente financeiro, e através do qual foram liberados novos recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Em 04 de julho de 2006 foram celebrados novos contratos de cessão fiduciária e de vinculação de créditos para liberação de novos recursos do FGTS, no âmbito do Programa Saneamento Para Todos, que substituiu os programas existentes anteriormente, com o Bradesco e o Itaú também passando a atuar como agentes financeiros dos recursos. Como garantia a Companhia oferece:
 - Cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestados pela COPASA aos seus consumidores privados, em montante equivalente aos valores mínimos de R\$17.000 e R\$15.300 ao mês, não cumulativos, corrigidos pelo IPC-A divulgado pela FIP;
 - Cessão fiduciária de parcela dos direitos da cedente contra a Caixa Econômica Federal, relativos ao fundo de liquidez, composto pelos recursos depositados na conta vinculada e na conta reserva, que deve corresponder a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas, cujo saldo em 31 de março de 2011 registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos é de R\$24.890 (R\$24.158 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

- Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social – BNDES, destinados a otimização e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas de concessão, estão garantidos pela cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em montante equivalente aos valores mínimos de R\$3.000 e R\$23.000 ao mês, corrigidos anualmente pelo IPCA do IBGE, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponda a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de março de 2011, é de R\$8.561 (R\$7.049 em 31 de dezembro de 2010).
- Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, dentro do programa CAIXA PAC – 2009 destinados a ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas de concessão, estão garantidos pelo penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida nos municípios onde as obras serão realizadas, no valor de 3 (três) vezes o encargo mensal, creditado em conta centralizadora, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponda a 1 (uma) vez o valor das parcelas vincendas. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de março de 2011, é de R\$1.649 (R\$176 em 31 de dezembro de 2010).

Outros financiamentos:

Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, destinados à execução de obras e serviços de expansão de redes e ligações prediais, estão garantidos por depósitos em conta de caução cujo saldo mínimo corresponde a 1 (uma) vez o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 09 de dezembro de 2003, e a 3 (três) vezes o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 30 de junho de 2004, calculados com base na última cobrança disponível para estes contratos. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de março de 2011, é de R\$9.489 (R\$8.816 em 31 de dezembro de 2010).

Os financiamentos relativos ao Governo Estadual/BDMG e ao Tesouro Nacional são garantidos por aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia.

Notas Explicativas

c) Debêntures simples e conversíveis

		Controladora/Consolidado			
		31/03/2011		31/12/2010	
Subscrições/séries	Data da subscrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures não conversíveis					
Subscrição 1ª. Emissão					
1ª e 2ª	30/06/2004	7.838	18.045	7.846	19.978
3ª e 4ª	09/11/2004	7.838	18.045	7.846	19.978
5ª e 6ª	29/07/2004	7.838	18.045	7.846	19.978
7ª	19/12/2005	3.919	9.022	3.923	9.989
8ª e 9ª	24/04/2006	7.839	18.045	7.847	19.978
10ª	19/12/2006	3.919	9.022	3.923	9.989
11ª e 12ª	23/03/2007	7.839	18.044	7.847	19.978
Total 1ª emissão		47.030	108.268	47.078	119.868
Subscrição 3ª. Emissão					
1ª a 6ª	06/12/2007	16.342	122.832	16.355	126.795
7ª	25/09/2008	2.724	20.472	2.726	21.132
8ª	06/12/2008	8.171	61.416	8.178	63.397
9ª a 11ª	30/03/2009	8.171	61.416	8.178	63.397
12ª a 14ª	27/11/2009	2.723	20.472	2.726	21.132
15ª a 17ª	26/05/2010	8.171	61.416	8.178	63.397
18ª	02/07/2010	2.723	20.471	2.726	21.133
Total 3ª emissão		49.025	368.495	49.067	380.383
Subscrição 4ª. Emissão					
1ª	27/12/2010	1.443	97.032	721	67.774
		1.443	97.032	721	67.774
Total não conversíveis		97.498	573.795	96.866	568.025
Debêntures conversíveis					
Subscrição 2ª. Emissão					
Única	28/08/2007	2.130	81.429	316	81.255
Única	06/09/2007	1.188	50.005	177	50.004
Única	03/12/2007	59	2.481	9	2.481
Total conversíveis		3.377	133.915	502	133.740
Total de debêntures		100.875	707.710	97.368	701.765

Notas Explicativas

Debêntures não conversíveis

Subscrição 1ª emissão:

Em junho de 2004, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Foram 300 (trezentas) debêntures de R\$1.000, cuja emissão foi realizada em 12 (doze) séries de R\$25.000 cada uma. O preço de subscrição de cada série foi equivalente ao valor nominal acrescido dos juros abaixo mencionados, calculados pró-rata temporis, desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição, e os termos e condições contratuais foram os seguintes:

Data de emissão	15 de junho de 2004
Prazo	10 anos
Carência do principal	36 meses
Amortização	84 meses
Vencimento final	15 de julho de 2014
Remuneração	TJLP + 3,58% a.a.
Garantia	20% da receita arrecadada, mais a conta reserva

Essa 1ª emissão está garantida por 20% da receita tarifária da Companhia e por uma conta reserva cujo saldo mínimo corresponde ao pagamento de três parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos. Em 31 de março de 2011, o montante caucionado é de R\$15.271 (R\$15.465 em 31 de dezembro de 2010).

Os recursos dessa emissão destinam-se ao financiamento de projetos de ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas áreas de concessão.

Subscrição 3ª emissão:

Em dezembro de 2007, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES constituídas por 450 (quatrocentos e cinquenta) debêntures de R\$1.000, cuja emissão está sendo realizada em 18 (dezoito) séries de R\$25.000 cada uma, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	01 de junho de 2007
Prazo	12 anos
Carência do principal	30 meses
Amortização	114 meses
Vencimento final	15 de dezembro de 2019
Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
Garantia	Flutuante e com cessão e vinculação de recebíveis, mais a conta reserva

Notas Explicativas

Essa 3ª emissão está garantida pelo valor mensal mínimo de R\$18.000, atualizado anualmente pelo IPCA, relativo à receita tarifária da Companhia e por uma conta reserva, cujo saldo mínimo corresponda ao pagamento de três parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos. Em 31 de março de 2011, o montante caucionado é de R\$20.624 (R\$20.683 em 31 de dezembro de 2010).

Subscrição 4ª emissão:

Em julho de 2010, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, cuja emissão será realizada em 3 (três) séries, sendo que a primeira e terceira séries, no valor de R\$222.210 e R\$296.280, respectivamente, serão mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e a segunda série, no valor de R\$222.210 será mediante subscrição exclusiva pelo BNDES Participações S.A – BNDESPAR. A primeira e a segunda séries serão constituídas por 3.000 (três mil) debêntures cada, e a terceira por 4.000 (quatro mil) debêntures, totalizando 10.000 (dez mil) debêntures de R\$74,07 cada uma, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	15 de julho de 2010
Prazo	144 meses para 1ª e 3ª séries e 145 meses para 2ª série
Carência do principal	36 meses para 1ª e 3ª séries e 37 meses para 2ª série
Amortização	108 meses para 1ª e 3ª séries e 09 anuais para 2ª série
Vencimento final	15 de dezembro de 2022
Remuneração	TJLP + 1,55% a.a. para 1ª e 3ª séries e IPCA + 1,55% a.a. para 2ª série
Garantia	Cessão e vinculação de recebíveis, mais a conta reserva

Essa 4ª emissão está garantida pelos direitos creditórios relativos à receita tarifária da Companhia correspondente à parcela mensal de R\$32.000, atualizado anualmente pelo IPCA, e pelos direitos creditórios detidos pela Companhia contra o “Banco Depositário”, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na “Conta Vinculada” destinada a operacionalizar a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Debêntures conversíveis

Subscrição 2ª emissão:

Em 16 de julho de 2007 a Companhia assinou Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, no valor de R\$141.024, com os seguintes termos e condições:

Data de emissão	01 de junho de 2007
Quantidade de debêntures	1.130.000
Valor nominal unitário em reais	R\$124,80
Carência do principal	59 meses
Amortização	1º de junho de 2012 e 1º de junho de 2013
Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
Garantia	Flutuante

Notas Explicativas

O valor justo do componente financeiro registrado no passivo foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual, representando o valor da opção de conversão de capital, está incluído no patrimônio líquido em reservas de lucros (nota 18).

Foi assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição das debêntures na proporção do número de ações de emissão da COPASA que possuíam no dia 30 de julho de 2007, sendo que para subscrever 01 (uma) debênture, seria necessário que o acionista possuísse 102 (cento e duas) ações da COPASA. O prazo para exercer o direito de preferência era de 30 dias contados a partir do dia 30 de julho de 2007, data da publicação do Aviso aos Acionistas, vencido, portanto, no dia 28 de agosto de 2007. As ações da COPASA (CSMG3) foram negociadas ex direito de subscrição de debêntures desde o dia 31 de julho de 2007.

O período para opção pela conversão é de 02 de junho de 2008 a 31 de maio de 2012, quando cada debênture pode ser convertida em quatro ações ordinárias de nossa emissão, e entre 01 de junho de 2012 e 31 de maio de 2013, quando cada debênture poderá ser convertida em duas ações ordinárias de nossa emissão, ao preço de R\$31,20 por ação, atualizado conforme os termos da escritura. Até 31 de março de 2011 já foram efetuadas as seguintes conversões:

Data	Quantidade	
	Debêntures convertidas	Ações ordinárias
04/08/2008	188	752
06/03/2009	5.396	21.584
12/03/2009	973	3.892
01/04/2009	20.595	82.380
18/06/2009	2.039	8.156
02/07/2009	4.208	16.832
21/07/2009	240	960
Total	33.639	134.556

O título de dívida conversível reconhecido no balanço patrimonial é calculado como segue:

	31/03/2011	31/12/2010
Componente do passivo no início do período	134.242	134.629
Despesa financeira	3.050	11.684
Juros pagos	-	(12.071)
Componente do passivo ao final do período	137.292	134.242

O valor justo do componente do passivo do título de dívida conversível em 31 de março de 2011 totaliza R\$137.278. O valor justo é calculado utilizando-se os fluxos de caixa descontados a uma taxa baseada na taxa do instrumento semelhante sem a opção conversão de 2,8% a.a. além da TJLP.

Notas Explicativas

Os recursos provenientes da 2ª e 3ª emissão de debêntures estão sendo utilizados no Plano de Investimentos da Companhia para o período 2007/2010 sendo destinados à modernização, ampliação e implantação de estações de tratamento de água e de esgotamento sanitário, otimização das operações, com melhoria no controle de redução de perdas e para estudos e projetos de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário, bem como investimentos em novas concessões e desenvolvimento institucional.

d) Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, conforme descrito abaixo:

(a) *Covenants de contratos sindicalizados:*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,55
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	Igual ou maior que 350

(b) *Covenants de contratos com a CEF* - os contratos assinados originalmente com o Unibanco, com recursos do FGTS, foram posteriormente transferidos para a gestão da CEF, conforme descrito no item 2 “Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos:”, acima descritas.

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,7
Liquidez corrente (ajustado)	Superior a 0,9
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	Maior que 365

(c) *Covenants de contratos com o BNDES-BNA/BND/BNE:*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Dívida líquida/EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA/ROL	Igual ou superior a 36%
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

(d) *Covenants de contratos com o BNDES/debêntures:*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,5
Margem EBITDA	Igual ou maior que 33%
Grau de endividamento	Igual ou menor que 70%

Em 31 de março de 2011, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas aos empréstimos e debêntures acima descritos.

Notas Explicativas**13. Provisões para Outras Obrigações e Encargos**

As provisões são registradas pela Companhia com base na expectativa da Administração com relação ao provável desembolso de caixa. As provisões são registradas como passivo circulante ou não circulante em função da expectativa de quando estes desembolsos de caixa irão ocorrer.

	Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010
Provisões tributárias	43.269	54.538
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	31.955	33.114
Total	75.224	87.652

	Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
Provisões tributárias	43.269	54.538
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	34.675	34.947
Total	77.944	89.485

O critério adotado pela Companhia, depois de ouvida a Procuradoria Jurídica, é o de constituir provisão para as ações cíveis, trabalhistas, tributárias e para as obrigações legais consideradas como perdas prováveis.

A movimentação das provisões pode ser assim demonstrada:

	Controladora				
	Provisões			Depósitos Judiciais / Vinculados	Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias		
31 de dezembro de 2010	18.698	15.763	54.956	(1.765)	87.652
Adições	2.086	2.585	709	(388)	4.992
Reversões	(2.717)	(2.676)	(11.691)	-	(17.084)
Utilizações	(190)	(146)	-	-	(336)
31 de março de 2011	17.877	15.526	43.974	(2.153)	75.224

	Consolidado				
	Provisões			Depósitos Judiciais / Vinculados	Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias		
31 de dezembro de 2010	18.698	17.811	54.956	(1.980)	89.485
Adições	2.086	3.606	709	(417)	5.984
Reversões	(2.717)	(2.781)	(11.691)	56	(17.133)
Utilizações	(190)	(202)	-	-	(392)
31 de março de 2011	17.877	18.434	43.974	(2.341)	77.944

Notas Explicativas

As utilizações referem-se a provisões liquidadas ou a processos encerrados onde a Companhia não obteve êxito e que foram classificados como contas a pagar.

Os valores representam uma provisão para certas ações judiciais movidas contra a Companhia, sendo os encargos da provisão reconhecidos no resultado em "despesas administrativas". Na opinião dos assessores legais após consultoria jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais provavelmente não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de março de 2011.

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

a) Provisões

Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública questionando o reajuste tarifário aplicado no Município de Belo Horizonte em 2003. A ação questiona o fato de o reajuste ter sido aplicado sobre as contas emitidas a partir do reajuste tarifário e não sobre o período de consumo, e propõe a impugnação do mesmo. A decisão final ampara parcialmente o pedido inicial, condenando-nos a restituir aos consumidores a parcela paga referente ao período de consumo anterior à data de vigência do reajuste. O valor está em fase de liquidação de sentença, e está estimado, em 31 de março de 2011, em R\$311 (R\$305 em 31 de dezembro de 2010).

A Associação Verde Gaia de Proteção Ambiental ajuizou ação civil pública contra a COPASA onde se questiona o descumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei Estadual nº. 12.503/97, relativo à obrigação das empresas concessionárias de serviço de abastecimento de água investir 0,5% de sua receita operacional na proteção e preservação ambiental da bacia hidrográfica explorada. No decurso do processo, alterações processuais, como a decisão de 1ª instância que foi favorável à autora, e diante do atual posicionamento do TJMG acerca da matéria ambiental questionada, o processo passou a ser avaliado como perda provável. Além desta, existem outras 15 ações do mesmo autor questionando o mesmo tema. Como o valor a ser pago pela Companhia com a provável perda dessas ações, será o percentual de 0,5% apurado sobre a receita operacional de água do respectivo município de cada ação, e não o valor da causa, em 31 de março de 2011 no valor de R\$1.633 (R\$1.114 em 31 de dezembro de 2010).

Luciene Ricardo da Silva e outras ajuizaram ação de indenização por danos materiais e morais, tendo em vista deslizamento de terra que soterrou a propriedade das autoras, deslizamento esse ocasionado por rompimento dos canos de água ligados a um antigo reservatório de água reativado clandestinamente. Em 30 de novembro de 2010 foi protocolada contestação e o valor provisionado em 31 de março de 2011 é de R\$2.360 (R\$2.311 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

O Condomínio do Edifício Roma ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais com restituição de valores contra a COPASA, alegando suspensão indevida do fornecimento de água e instalação de eliminador de ar. Em 02 de julho de 2010 foi proferida sentença de 1ª instância, julgando improcedente o pedido de indenização, mas em 19 de julho a parte adversa entrou com recurso de apelação e a COPASA apresentou contra razões ao recurso de apelação em 20 de novembro, não havendo nenhuma manifestação judicial nem o trânsito em julgado até o encerramento deste relatório. Em de 31 de março de 2011 o valor desta causa é de R\$1.470 (R\$1.440 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia é parte em uma ação de execução por quantia certa e de obrigação de fazer, decorrente das obrigações ajustadas em termo de ajustamento de conduta celebrado com o Ministério Público Estadual no Município de Betim. Em 08 de outubro de 2010 foi assinado aditamento ao termo de ajustamento de conduta anterior, no qual a COPASA assumiu o compromisso de pagar duas parcelas de quinhentos mil reais, a primeira quitada em 28 de fevereiro de 2011 e a segunda a ser paga em outubro de 2011. O acordo foi homologado pelo juiz, extinguindo-se dessa forma o referido processo de execução. Em virtude disto, o valor provisionado foi ajustado para R\$500 em 31 de março de 2011 (R\$1.956 em 31 de dezembro de 2010).

Maria José Gomes ajuizou ação por danos morais e materiais contra a COPASA, em virtude de danos ocorridos em seu imóvel devido a vazamento de água. Até o momento não houve sentença proferida nos autos, e em de 31 de março de 2011 o valor desta causa é de R\$892 (R\$874 em 31 de dezembro de 2010).

Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "in itinere", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona todas as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável, o que representa aproximadamente 39,64% do valor de risco estimado de todas as ações trabalhistas.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, sendo a responsabilidade principal de empreiteiras contratadas para a prestação de serviços de obras de manutenção e construção. Nestes casos, quando acolhido o pedido inicial, as referidas empreiteiras normalmente arcam com o ônus da condenação. Contudo, levando-se em consideração a existência de empreiteiras com dificuldades financeiras e, conseqüentemente, caracterizadas como inadimplentes em potencial a Companhia poderá ser compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Assim essas ações foram consideradas como perda provável, e a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações, cujo valor em 31 de março de 2011 é de R\$2.579 (R\$2.597 em 31 de dezembro 2010).

Adicionalmente, a Companhia também é parte em dezoito processos administrativos originados de inspeção feita pela Delegacia Regional do Trabalho, que autou a Companhia principalmente por não incluir os reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado, entendendo que isso significa subtração de salário. Foram lavrados autos de infração com multa incidente a cada empregado que se encontrava nessa situação. Essa multa teve repercussão nos depósitos de FGTS e multa fundiária. Os advogados estimam as chances de perda destes processos como provável e, portanto, foi provisionado em 31 de março de 2011 o valor de R\$4.245 (R\$4.154 em 31 de dezembro 2010).

Notas Explicativas

Ainda há uma ação trabalhista, conexa a ação civil pública, em curso na 24ª vara do trabalho de Belo Horizonte, pela qual o SINDÁGUA e o Ministério Público do Trabalho alegam ato discriminatório em decorrência da política de desligamento e do programa motivacional adotados pela Companhia. Estimamos a perda dessa ação como provável, provisionando em 31 de março de 2011 o valor de R\$1.257 (R\$1.227 em 31 de dezembro de 2010).

Provisões tributárias

A Companhia é parte em diversos processos tributários, sendo que o mais relevante refere-se a créditos presumidos de PIS/PASEP e COFINS nas contribuições realizadas no período de janeiro de 2004 a agosto de 2007, em um total de R\$26.813, atualizado até 31 de março de 2011 (R\$38.082 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia entende que a legislação vigente é omissa quanto à definição da determinação dos créditos sobre insumos utilizados na prestação dos serviços do seu objeto social. Em função da conclusão do estudo efetuado por consultores externos independentes, que refinou a estimativa da base de cálculo dos referidos tributos, a Administração decidiu constituir provisão até que seja definida a base legal de tais créditos. A provisão considera a melhor estimativa de desembolsos futuros para liquidação deste passivo. Em 2010 houve baixa de R\$10.051, relativa ao exercício de 2004, e em março de 2011 baixa de R\$11.691 relativa ao exercício de 2005, devido à prescrição do débito.

Em 2010, a Companhia procedeu a exclusão das parcelas pagas do crédito-prêmio de IPI referenciado na Nota 11 da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. Dessa forma foi constituída provisão de R\$16.456 referente ao efeito tributário dessa exclusão, até que seja pacificada a base legal de apropriação desse crédito.

b) Passivos contingentes

A COPASA discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010
Cível (*)	393.952	371.276
Tributária (**)	46.285	38.022
Total	440.237	409.298

- (*) Referem-se a ações de indenizações ajuizadas por clientes que pleiteiam reparação por danos materiais e morais e lucros cessantes causados a terceiros, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais e podem ser divididas em:

Notas Explicativas

Ações individuais

A Companhia e suas controladas são parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, dentre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de suas controladas.

Ações coletivas

A Companhia é parte em ações civis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 11 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Almenara, Barbacena, Caratinga, Campina Verde, Cataguases, Divinópolis, Frutal, Nanuque, Ribeirão das Neves, São Roque de Minas e Três Corações. Em 31 de março de 2011, não havia decisão proferida em nenhuma delas e, com exceção de Caratinga, não havíamos constituído provisão para estes processos, uma vez que consideramos, com base nos critérios descritos acima, nossa possibilidade de perda como remota em algumas ações e possível em outras. Ressalte-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sobre caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

Ações ambientais

A Companhia é parte em diversas ações civis públicas e ações populares envolvendo questões ambientais, em decorrência do curso normal de suas atividades. Essas demandas judiciais são, em grande parte, relacionadas à recuperação de supostos danos ambientais, construção de estações de tratamento de esgoto e investimentos em preservação do meio ambiente. Apesar da maioria dessas ações não possuírem valores de causa expressivos, a Companhia pode ser obrigada a investir valores significativos na construção de estações de tratamento ou nos abstermos de algumas de nossas práticas relacionadas aos nossos negócios.

Uma ação popular de natureza ambiental possui como objeto a reparação de danos causados pelo despejo de dejetos no Rio São Francisco. Não houve decisão judicial em relação a esta ação no valor de R\$66.076 em 31 de março de 2011 (R\$64.721 em 31 de dezembro de 2010) e, de acordo com estimativas da Administração, a possibilidade de perda é classificada como possível.

Termos de ajustamento de conduta – TACs

Foram firmados diversos TACs com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais versando sobre questões ambientais, decorrentes de investigações cíveis e administrativas. Foi firmado ainda um TAC no curso de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público, que prevê a execução do sistema completo de esgotamento sanitário no Município de Paracatu, bem como uma indenização civil.

Notas Explicativas

As obrigações decorrentes desses TACs correspondem, na maioria dos casos, à realização de obras para a instalação ou melhoria de redes de saneamento básico e a construção de estações de tratamento de esgotos, para que o esgoto coletado não seja descartado sem tratamento diretamente em cursos d'água. Os recursos necessários para o cumprimento dos TACs assinados pela Companhia estão incluídos em nosso programa de investimentos.

- (**) Refere-se a diversas ações tributárias, sendo que as mais relevantes referem-se a duas ações tributárias, que versam sobre uma autuação da Secretaria da Receita Federal, em abril de 2004, em função da Companhia não ter incluído nas bases de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS as receitas financeiras provenientes das variações cambiais de obrigações geradas pela diminuição da taxa do dólar norte-americano. A exigência tributária atualizada até 31 de março de 2011 é de R\$31.186 (R\$28.085 em 31 de dezembro de 2010) e foi classificada como contingência possível. A Companhia interpôs recurso administrativo, em ambos os casos, visando impugnar e contestar o auto de notificação e lançamento constante do procedimento tributário. Entretanto, tais recursos administrativos tiveram seu provimento negado pelo Conselho de Contribuintes.

Diante desta situação a COPASA ajuizou, nos dois processos, ação ordinária perante a Justiça Federal, questionando a validade da autuação e requerendo a declaração da inexistência da obrigação tributária, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei nº 9.718/98 no que diz respeito ao alargamento da base de cálculo das contribuições em questão. Os processos estão em fase recursal, tendo a Companhia logrado êxito em primeira instância no caso do processo da COFINS, apesar do feito não ter ainda transitado em julgado, e o processo PIS/PASEP encontra-se pendente de julgamento, tendo em vista recurso interposto pela União.

14. Participação nos Lucros e Resultados

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 01 de março de 2011, e em conformidade com a legislação vigente, foi aprovado que o montante a ser distribuído a título de Participação dos Empregados nos Lucros da Empresa é o equivalente a 17,98% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, depois de deduzida a reserva legal, e terá como parâmetro de desempenho para fins de alcance de metas, o percentual de realização do Programa de Investimentos da Companhia aprovado para o exercício, o número de ligações por empregado e o resultado operacional financeiro.

O Acordo Coletivo 2008/2010, assinado em reunião de 25 de julho de 2008, determina que o montante apurado seja distribuído de forma linear entre todos os empregados, em duas parcelas de 50% cada uma, sendo a 1ª parcela na folha de pagamento do mês de abril e a 2ª parcela na folha de pagamento do mês de outubro.

Em 31 de março de 2011, a Companhia provisionou R\$7.744, referente à participação dos empregados no resultado auferido neste trimestre (R\$7.564 no 1º trimestre de 2010).

Notas Explicativas**15. Imposto de Renda e Contribuição Social****a) Imposto de renda e contribuição social do exercício**

A tributação sobre o lucro no Brasil inclui imposto de renda federal e contribuição social sobre o lucro líquido. As alíquotas estatutárias aplicáveis para o imposto de renda e contribuição social são 25% e 9% respectivamente, o que representa uma taxa de 34% para março de 2011 e 2010. Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultados da controladora são reconciliados com as alíquotas estatutárias como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições	194.939	157.469	192.486	155.727
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa à taxa nominal	(66.279)	(53.539)	(65.445)	(52.947)
Imposto de renda e contribuição social sobre:				
(Adições) /exclusões				
Equivalência patrimonial	(1.496)	(1.566)	-	-
Realização de correção monetária especial	(793)	(1.047)	(793)	(1.047)
Subvenções governamentais	810	(2.279)	810	(2.279)
Provisão atuarial tansf.para contas a pagar	(12.091)	-	(12.091)	-
Baixa de provisão de parcelamento ISS	3.255	-	3.255	-
Participação dos empregados no resultado	(2.298)	-	(2.298)	-
Outras (adições) /exclusões	(244)	(631)	(1.739)	(2.198)
Outros itens de reconciliação:				
Juros sobre o capital próprio	13.403	14.849	13.403	14.849
Incentivos fiscais	1.041	227	1.041	227
Imposto de renda e contribuição social	(64.692)	(43.986)	(63.857)	(43.395)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(46.292)	(38.267)	(46.292)	(38.267)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.400)	(5.719)	(17.565)	(5.128)
	(64.692)	(43.986)	(63.857)	(43.395)
Alíquota efetiva	33,19%	27,93%	33,17%	27,87%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

Os valores de compensação são os seguintes:

Saldos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
No realizável a longo prazo				
Montante das diferenças temporárias:				
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	56.432	56.360	56.432	56.360
Provisões para obrigações atuariais	23.041	64.161	23.041	64.161
Provisões dos ajustes CPC's	310.343	294.007	310.343	294.007
Provisões para contingências tributárias	249.325	271.997	249.325	271.997
Outras provisões temporárias diversas	8.608	7.964	9.901	9.258
Total	647.749	694.489	649.042	695.783
Imposto de renda diferido	161.937	173.622	162.260	173.946
Contribuição social diferida	58.298	62.504	58.414	62.620
	220.235	236.126	220.674	236.566
No passivo a longo prazo				
Montante das diferenças temporárias:				
Resultado de variações cambiais diferidas (sobre financiamentos)	16.419	16.003	16.419	16.003
Provisões dos ajustes CPC's	120.799	113.836	176.720	172.211
Total	137.218	129.839	193.139	188.214
Imposto de renda diferido	34.304	32.460	48.285	47.054
Contribuição social diferida	12.350	11.685	17.382	16.939
	46.654	44.145	65.667	63.993
	Controladora		Consolidado	
No resultado do exercício de 01 de janeiro a 31 de março	2011		2011	
1. Aumento / (redução) do ativo diferido				
Imposto de renda diferido	(11.685)		(11.685)	
Contribuição social diferida	(4.206)		(4.206)	
	(15.891)		(15.891)	
2. Redução / (aumento) do passivo diferido				
Imposto de renda diferido	(1.844)		(1.231)	
Contribuição social diferida	(665)		(443)	
	(2.509)		(1.674)	
Resultado da tributação diferida no trimestre (1 - 2)				
(Aumento) /redução da despesa de tributação	(18.400)		(17.565)	

Em reuniões realizadas em 11 de março de 2011 pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração, foi aprovado o estudo técnico elaborado pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido.

Notas Explicativas

Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de março de 2011, conforme estimativa a seguir:

Expectativa de realização do ativo diferido	
Em 2011	12.151
Em 2012	9.219
Em 2013	6.852
Em 2014	3.477
Em 2015	3.477
Após 2015	185.059
	220.235

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

16. Convênios de Cooperação Técnica

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Estrada Real (em Ouro Preto) e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

Os recursos recebidos de convênios são aplicados em obras especificadas nos termos dos próprios convênios, sendo seus valores quando recebidos reconhecidos contabilmente nas contas de convênio de cooperação técnica no passivo circulante e quando aplicados no ativo circulante, aguardando encontro de contas.

O saldo líquido de convênios está assim composto:

	Controladora	
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)
31 de março de 2011		Líquido
Estado	226.583	(223.483)
Outros	16.260	(16.767)
Total	242.843	(240.250)
		3.100
		(507)
		2.593
31 de dezembro de 2010		
Estado	221.447	(222.468)
Outros	16.137	(16.608)
Total	237.584	(239.076)
		(1.021)
		(471)
		(1.492)

Notas Explicativas

	Consolidado		
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
31 de março de 2011			
Estado	448.573	(446.718)	1.855
Outros	16.260	(16.767)	(507)
Total	464.833	(463.485)	1.348
31 de dezembro de 2010			
Estado	428.943	(430.934)	(1.991)
Outros	16.137	(16.608)	(471)
Total	445.080	(447.542)	(2.462)

17. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

	31/03/2011	31/12/2010
Obrigações de longo prazo	145.850	154.509
Obrigações de curto prazo	11.049	7.417
	156.899	161.926
Contribuições normais e juros	477	10.352
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial	157.376	172.278

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	2011
Passivo líquido em 31 de dezembro	172.278
Despesas (receitas) reconhecidas no resultado – passivo atuarial	(5.557)
Despesas reconhecidas no resultado – contribuição Copasa	8.095
Provisão de contribuições mensais	8.969
Atualização monetária	3.458
Amortização dívida	(2.928)
Amortização contribuições mensais	(26.939)
Passivo líquido em 31 de março	157.376
Passivo circulante	11.526
Passivo não circulante	145.850

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº. 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

Notas Explicativas

Desde o exercício de 2002, o plano de previdência complementar na modalidade de Benefício Definido – BD patrocinado pela Companhia, vem apresentando uma situação de déficit atuarial, que tem sido equacionado pela aplicação de reajustes nas contribuições da patrocinadora e de seus empregados que totalizaram, até novembro de 2008, aproximadamente 127%, conforme registro nos respectivos demonstrativos dos resultados da avaliação atuarial – DRAAs.

De acordo com o deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia para solucionar a situação do plano previdenciário, e a aprovação, em 23 de junho de 2010, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, da nova estratégia previdencial da Companhia, no período de 02 de agosto a 29 de outubro de 2010, todos os empregados ativos, afastados do trabalho e assistidos tiveram a oportunidade de acessar o simulador para conhecer e escolher uma das alternativas de Plano Previdencial proposto. A partir de 01 de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual plano BD que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos, b) o plano BD saldado fechado, criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o plano CD que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Após a conclusão do processo de migração, em dezembro de 2010, o plano BD possuía 317 participantes ativos e 279 assistidos, o saldado 2.091 participantes ativos e 1.603 assistidos, e o CD 10.698 participantes ativos e 546 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício saldado são: a) participantes ativo, autopatrocinado e assistido: benefício saldado de aposentadoria programada; b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício de contribuição definida são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e podem divergir de forma relevante dos resultados reais de acordo com as mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes. Essas diferenças podem resultar em um impacto relevante no montante de despesa com entidade de previdência privada registrada na Companhia.

Notas Explicativas

18. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

A quantidade total de ações ordinárias autorizadas é de 115.300 mil de ações. Todas as ações emitidas estão integralizadas. As ações não possuem valor nominal.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que detém 53,07% das ações da sociedade. Os 46,93% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia possui 370 mil ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R\$9.190, adquiridas principalmente do acionista Estado de Minas Gerais, através de operações vinculadas a acertos de débitos oriundos de prestação de serviços de água e esgoto e convênios de cooperação técnica. As ações são mantidas como "ações em tesouraria". A Companhia tem o direito de reemitir essas ações em uma data posterior. Todas as ações emitidas pela Companhia foram integralizadas.

Em 04 de agosto de 2008, 06 e 12 de março, 01 de abril, 18 de junho e 02 e 21 de julho de 2009 vários debenturistas converteram 188, 5.396, 973, 20.595, 2.039, 4.208 e 240 debêntures, respectivamente, em 134.556 ações ordinárias da Companhia, onde cada debênture foi convertida em 04 ações ordinárias, conforme estabelecido na Escritura da 2ª emissão de debêntures conversíveis em ações (Nota 12). O *Free Float* da Companhia em 31 de março de 2011 é de 46,6%.

(b) Retenção de lucros

A Assembléia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 2011 aprovou proposta retenção de lucros no montante de R\$416.395 para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “plano de ação” aprovado pelo Conselho de Administração, a ser executado a longo prazo.

(c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 01 de janeiro de 2008.

No exercício de 2010, o valor de R\$2.661 (R\$6.957 em 2009) foi destinado ao resultado referente ao incentivo pelo cumprimento das 1ª e 2ª etapas da meta de abatimento de cargas poluidoras da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão do Onça (Nota 11), concedido pela Agência Nacional de Águas - ANA, com recursos do PRODES - Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas.

(d) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas de qualquer espécie gozam do direito de receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº. 6.404/76. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de três anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescrevem em favor da Companhia.

Notas Explicativas

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião de 25 de março de 2011 e de acordo com deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2009, a distribuição de dividendos de 2011, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, no percentual de 35% sobre o lucro orçado.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito aos acionistas de Juros sobre o Capital Próprio, conforme deliberado nas seguintes reuniões:

Data	Valor bruto declarado	Valor por ação
25/03/2011	39.420	0,34

Os Juros sobre o Capital Próprio declarados serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2011.

Conforme facultado no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, e observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, os juros foram contabilizados como despesas financeiras para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R\$13.403. Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

A movimentação da conta de juros sobre o capital próprio pode ser assim demonstrada:

	31/03/2011	31/12/2010
Saldo inicial	66.859	53.276
Juros sobre o Capital Próprio propostos	39.420	224.213
Imposto de renda na fonte recolhido antecipadamente	(3.099)	(12.797)
Juros sobre o Capital Próprio pagos	-	(198.097)
Transferência para impostos a compensar	-	264
Saldo de juros sobre o capital próprio no passivo circulante	103.180	66.859

(e) Lucro por ação

- Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 18).

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	130.247	113.483	128.629	112.332
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas – milhares	114.929	114.929	114.929	114.929
Lucro básico por ação	1,13	0,99	1,12	0,98

Notas Explicativas

- Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Lucro				
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	130.247	113.483	128.629	112.332
Despesa financeira sobre a dívida conversível (líquida de imposto)	1.888	1.888	1.888	1.888
Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação	132.135	115.371	130.517	114.220
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas – milhares	114.929	114.929	114.929	114.929
Ajustes de				
Conversão presumida de dívida conversível – milhares	4.520	4.520	4.520	4.520
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação – milhares	119.449	119.449	119.449	119.449
Lucro diluído por ação	1,11	0,97	1,09	0,96

19. Objetivos e Políticas de Gestão de Risco Financeiro

(a) Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo, que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A superintendência financeira da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, contando com o suporte da diretoria executiva que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia. A diretoria executiva fornece garantia à superintendência financeira da Companhia de que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco do grupo. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos.

Notas Explicativas

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo:

(i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos disponíveis para venda.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação taxas de juros variáveis da dívida e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras são todos eles valores constantes.

As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações de aposentadoria e pós-aposentadoria, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros das operações no exterior.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente a cesta de juros dos contratos vinculados à União Federal - Bônus).

São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados considerando somente os principais ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis, como descrito a seguir.

	Aumento /redução em pontos base	Efeitos no lucro antes da tributação
31/03/2011		
R\$	+ 0,5%	(9.699)
R\$	- 0,5%	9.699
31/12/2010		
R\$	+ 0,5%	(9.484)
R\$	- 0,5%	9.484

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado, indicando uma volatilidade significativamente mais elevada do que em exercícios anteriores.

Risco cambial

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente as operações de importação de equipamentos, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

Os financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia não possui instrumentos de proteção quanto à exposição dos riscos cambiais.

A exposição da Companhia em moeda estrangeira, representada pelo seu endividamento em dólares dos Estados Unidos da América, totalizava R\$53.496 em 31 de março de 2011 (R\$54.459 em 31 de dezembro de 2010), 2,5% de seu endividamento total (2,6% em 31 de dezembro de 2010). A Companhia mantém, em 31 de março de 2011, caução de R\$24.048 (R\$24.639 em 31 de dezembro de 2010) como garantia de parte dos financiamentos em moeda estrangeira (Nota 12).

Sensibilidade a taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio da Companhia.

Notas Explicativas

	<u>Variação na taxa US\$</u>	<u>Efeito no lucro antes da tributação</u>
31/03/2011	+ 20%	(10.480)
	- 20%	10.480
	+10%	(5.240)
	-10%	5.240
31/12/2010	+ 20%	(10.780)
	- 20%	10.780
	+10%	(5.390)
	-10%	5.390

A movimentação do lucro e do patrimônio tem origem na movimentação dos empréstimos em dólares americanos.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente. Para bancos e instituições financeiras, os recursos da Companhia são aplicados substancialmente em títulos de entidades independentemente classificadas com "rating" mínimo "A".

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Notas Explicativas

	Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010
Total de contas a receber de clientes	674.565	617.186
Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo		
AAA	80.636	50.501
AA	38.888	3.248
BBB	26.889	22.044
	146.413	75.793
	Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
Total de contas a receber de clientes	677.321	619.909
Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo		
AAA	82.176	52.360
AA	38.888	3.248
BBB	26.890	22.044
	147.954	77.652

(iii) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa (Nota 06). Geralmente, isso é realizado em nível local nas empresas operacionais da Companhia, de acordo com a prática e os limites estabelecidos pela Companhia. Esses limites variam por localidade para levar em consideração a liquidez do mercado em que a entidade atua. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros a serem liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

Notas Explicativas

	Faixas de vencimento (i)			
	Em até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Em 31 de março de 2011				
Amortização	57.723	710.381	396.823	778.926
Juros	348.798	231.817	140.163	214.359
Empréstimos e financiamentos	406.521	942.198	536.986	993.285
Fornecedores e outras obrigações	166.336	48.494	35.773	84.984
Em 31 de dezembro de 2010				
Amortização	238.629	699.055	402.043	765.549
Juros	151.415	230.202	138.493	211.229
Empréstimos e financiamentos	390.044	929.257	540.536	976.778
Fornecedores e outras obrigações	151.982	43.082	25.863	64.659

- (i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias dadas pela COPASA nos contratos de financiamentos.

Instituição	Garantia (receita vinculada)	31/03/2011	31/12/2010
CEF até 1998 e Tesouro Nacional	10% dos recebíveis	20.159	45.071
CEF 2003, 2004, 2007, 2008 e 2009	Vinculação da receita igual a 3 vezes o serviço da dívida mensal	11.234	10.281
Unibanco 2002 e contratos sindicalizados 2004	R\$17 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 04/07/06	20.544	20.544
Contratos sindicalizados II – 2006	R\$15,3 MM corrigidos mensalmente pelo IPCA, desde 04/07/06	18.489	18.489
BNDES 2004 (I emissão de debêntures) 300 MM	R\$18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/02/09	20.115	18.973
BNDES 2007 (III emissão de debêntures) 450 MM	R\$18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 12/12/07	21.215	21.215
BNDES PAC 2007/2008	R\$26 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 20/05/08	29.006	29.006
BNDES 181 MM	R\$7 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 22/04/10	7.000	7.000
BNDES debêntures simples 740 MM	R\$26 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/07/10	32.000	32.000

(b) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Notas Explicativas

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2011, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2010, foi a de manter os índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros inferior a 100%. Os índices de exigível total dividido pelo patrimônio líquido em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 podem ser assim sumariados:

	Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010
Total dos empréstimos (Nota 12)	2.148.006	2.110.172
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 06)	(146.413)	(75.793)
Dívida líquida	2.001.593	2.034.379
Total do patrimônio líquido	4.275.155	4.184.328
Total do capital	6.276.748	6.218.707
Índice de alavancagem financeira - %	32	33
Índice de capital de terceiros - %	47	49
	Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
Total dos empréstimos (Nota 12)	2.148.006	2.110.172
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 06)	(147.954)	(77.652)
Dívida líquida	2.000.052	2.032.520
Total do patrimônio líquido	4.311.394	4.222.185
Total do capital	6.311.446	6.254.705
Índice de alavancagem financeira - %	32	32
Índice de capital de terceiros - %	47	48

Notas Explicativas**(c) Estimativa do valor justo**

A Companhia não possui ativos ou passivos financeiros, mensurados ao valor justo. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme divulgado na Nota 03 (i e j) são classificados como empréstimos e recebíveis e reconhecidos pelo custo amortizado.

20. Receitas

As receitas operacionais auferidas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de março de 2011 e de 2010 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Receita de prestação de serviço de água e esgoto	669.563	628.415	672.334	631.001
Receita de venda de produtos	-	-	412	283
Receita de construção	177.889	169.171	177.889	169.171
Total faturamento	847.452	797.586	850.635	800.455
Impostos sobre vendas	(60.979)	(57.128)	(61.390)	(57.465)
Outras deduções	(10.334)	(10.812)	(10.334)	(10.812)
Receita líquida	776.139	729.646	778.911	732.178

21. Despesas por Natureza

	Controladora	
	31/03/2011	31/03/2010
Salários e encargos	182.570	171.458
Materiais	23.740	23.665
Serviços de terceiros	97.608	104.175
Gerais	20.979	18.322
Depreciações e amortizações	76.486	66.668
Contas incobráveis	9.970	14.307
Provisões para perdas	670	-
Custos de construção	174.920	164.183
Provisões para contingências	5.380	4.166
Equivalência patrimonial	4.401	5.696
Participação dos empregados nos lucros	7.744	7.564
Outros	7.279	6.320
Despesas operacionais	611.747	586.524
(-) Créditos tributários	(15.636)	(12.182)
Despesas operacionais líquidas	596.111	574.342

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010
Salários e encargos	184.261	173.244
Materiais	24.277	24.027
Serviços de terceiros	99.358	107.919
Gerais	21.396	18.754
Depreciações e amortizações	83.531	68.986
Contas incobráveis	10.208	14.367
Provisões para perdas	670	-
Custos de construção	174.920	164.183
Provisões para contingências	6.401	4.191
Participação dos empregados nos lucros	7.744	7.564
Outros	7.513	7.459
Despesas operacionais	620.279	590.694
(-) Créditos tributários	(15.759)	(12.275)
Despesas operacionais líquidas	604.520	578.419

22. Despesas com Benefícios e Empregados

	Controladora	
	31/03/2011	31/03/2010
Salários	101.549	92.385
Custos previdenciários	31.546	30.088
FGTS	8.677	8.065
Contribuição para plano de pensão	8.095	7.535
Programa de alimentação	21.006	20.713
Programa de saúde	8.402	9.188
Outros benefícios	3.295	3.484
Total	182.570	171.458
Número de empregados (não auditado)	11.393	11.575

	Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010
Salários	102.904	93.774
Custos previdenciários	31.731	30.357
FGTS	8.755	8.138
Contribuição para plano de pensão	8.095	7.534
Programa de alimentação	21.045	20.752
Programa de saúde	8.412	9.202
Outros benefícios	3.319	3.487
Total	184.261	173.244
Número de empregados (não auditado)	11.602	11.738

Notas Explicativas**23. Receitas e Despesas Financeiras**

A variação verificada no resultado financeiro do exercício de 2010, em relação à igual período de 2009 está assim representada:

	Controladora	
	01/01/2011 a 31/03/2011	01/01/2010 a 31/03/2010
Juros ativos	6.613	7.908
Ganho real em aplicações financeiras	3.668	8.282
Receita de variação monetária e cambial	6.726	9.653
Capitalização de ativos financeiros/outros	3.272	3.671
Total de receita	20.279	29.514
Juros sobre financiamentos	(30.029)	(25.268)
Despesa de variação monetária e cambial	(7.961)	(13.395)
Outras despesas	(1.447)	(784)
Total de despesa	(39.437)	(39.447)
Resultado financeiro	(19.158)	(9.933)

	Consolidado	
	01/01/2011 a 31/03/2011	01/01/2010 a 31/03/2010
Juros ativos	6.661	7.961
Ganho real em aplicações financeiras	3.684	8.283
Receita de variação monetária e cambial	5.167	8.735
Capitalização de ativos financeiros/outros	3.458	4.463
Total de receita	18.970	29.442
Juros sobre financiamentos	(30.029)	(25.271)
Despesa de variação monetária e cambial	(7.961)	(13.395)
Outras despesas	(1.468)	(908)
Total de despesa	(39.458)	(39.574)
Resultado financeiro	(20.488)	(10.132)

Notas Explicativas**24. Transações com Partes Relacionadas**

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que detém 53,07% das ações da sociedade. Os 46,93% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

Além do saldo a pagar à CEMIG, demonstrado na Nota 11, e os convênios descritos na Nota 16, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais e as subsidiárias. Os saldos e operações mais relevantes são como segue:

	Controladora				
	31/03/2011				
	Subsidiárias				Outras
	Águas Minerais	Copanol	Serviços Irrigação	Total	Estado MG
Ativo					
Circulante					
Clientes					
Valores faturados	-	-	-	-	11.811
Não circulante					
Empréstimos	46.091	15.528	1.625	63.244	-
Investimentos	1	1	1	3	-
Total do ativo	46.092	15.529	1.626	63.247	11.811
Passivo					
Circulante					
Convênios	-	-	-	-	3.100
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	20.988
Não circulante					
Provisão para perdas em investimentos	18.956	12.264	1.138	32.358	-
Total do passivo	18.956	12.264	1.138	32.358	24.088
Resultado					
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	-	-	-	19.958
Receitas de variações monetárias	1.167	351	42	1.560	-

Notas Explicativas

	Controladora				
	31/12/2010				
	Subsidiárias			Outras	
	Águas Minerais	Copanol	Serviços Irrigação	Total	Estado MG
Ativo					
Circulante					
Clientes					
Valores faturados	-	-	-	-	9.780
Não circulante					
Empréstimos	43.441	14.916	1.613	59.970	-
Investimentos	1	1	1	3	-
Total do ativo	43.442	14.917	1.614	59.973	9.780
Passivo					
Circulante					
Convênios	-	-	-	-	1.021
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	35.958
Não circulante					
Provisão para perdas em investimentos	15.443	11.484	1.030	27.957	-
Total do passivo	15.443	11.484	1.030	27.957	36.979
31/03/2010					
Resultado					
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	-	-	-	17.825
Ganho na alienação de bens	-	-	-	-	-
Receitas de variações monetárias	692	190	36	918	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas).

► **Fornecimento de energia**

A Companhia é um dos principais consumidores de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, sendo a energia fornecida principalmente pela CEMIG, controlada pelo nosso maior acionista, o Estado de Minas Gerais. A Companhia possui mais de 300 contratos de energia elétrica, sendo que cada um é específico de uma unidade consumidora, conforme Nota 11.

Notas Explicativas

► Contratos de financiamento com o BDMG

A Companhia celebrou diversos contratos de financiamento com o BDMG no curso normal de nossos negócios.

► Contratos com a CODEMIG

A Companhia assinou com a CODEMIG, no dia 22 de março de 2006, protocolo de intenções de cooperação técnica e, em 30 de junho de 2006, um contrato de arrendamento para assumir os direitos minerários das águas minerais de Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari, conforme Nota 01.

► Garantia do Estado de Minas Gerais em contratos da Companhia com a União

Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívidas com União de 20 de janeiro de 1994: em caso de inadimplência contratual, a União ficou autorizada pelo Estado de Minas Gerais a: (i) compensar quaisquer quantias com recursos de receitas próprias e quotas de determinados tributos, em quantias suficientes para liquidação de referida inadimplência; e (ii) requerer a transferência de recursos existentes nas contas de centralização de receitas próprias do Estado de Minas Gerais mantidas junto a uma determinada instituição financeira, em quantias suficientes para liquidação de referida inadimplência. Em 31 de março de 2011, o saldo em aberto desses contratos é de R\$103.955, conforme Nota 12.

Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida com a União de 05 de agosto de 1998: o Estado de Minas Gerais cedeu e transferiu à União, créditos que foram feitos à sua conta de depósitos provenientes das receitas de determinados tributos, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de março de 2011, o saldo em aberto desses contratos é de R\$53.496, conforme Nota 12.

► Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os Conselheiros e Diretores, membros do Comitê Executivo e o chefe de Auditoria Interna. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados, no trimestre, está apresentada a seguir:

	31/03/2011	31/03/2010
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	949	1.013
Benefícios pós-emprego	-	28
	<u>949</u>	<u>1.041</u>

Notas Explicativas

25. Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto em Belo Horizonte

O Estado e o Município de Belo Horizonte assinaram, em 13 de novembro de 2002, convênio de cooperação, assegurando à Companhia a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Belo Horizonte por mais 30 anos.

Em 30 de abril de 2004, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo a este convênio. Os principais itens do convênio de cooperação, consolidados pelo aditivo, são os seguintes:

- 1º) O Município declarou e reconheceu o débito de sua responsabilidade no valor global de R\$70.662, referido à data de 30 de novembro de 2002, correspondente a faturas de serviços de água e esgoto emitidas até novembro de 2002, ainda pendentes de pagamento. O montante desse débito estava sendo pago em 335 parcelas mensais e consecutivas equivalentes, cada uma, a 202.838,77 m³ de água, a partir de janeiro de 2005. O valor em moeda corrente de cada parcela era calculado multiplicando-se o volume a ser quitado pelo valor da tarifa média faturada por m³ em Belo Horizonte, acrescido de juros simples remuneratórios de 0,5% ao mês, contados a partir de novembro de 2002. No entanto, a partir de 24 de fevereiro de 2010, com a assinatura do Termo de Compensação de Dívidas Recíprocas, o montante da dívida passou a ser pago em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E (Notas 07 e 11). Em 31 de março de 2011, o saldo a receber registrado é de R\$237.986 sendo R\$26.690 no ativo circulante e R\$211.296 no ativo não circulante (R\$204.662 em 31 de dezembro de 2010 sendo R\$22.327 no ativo circulante e R\$182.335 no ativo não circulante).
- 2º) A Companhia assumirá os custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte - DRENURBS, até o valor máximo de R\$170.000. A Companhia e o Município estão negociando o índice de correção das parcelas e um novo prazo para início dos pagamentos, que, contratualmente, deveria se iniciar em janeiro de 2008, em parcelas mensais pelo prazo de 24 anos, entretanto, até a data de encerramento deste relatório a referida negociação não havia sido concluída. Os valores serão corrigidos monetariamente segundo índice a ser estabelecido pelas partes antes do início dos pagamentos. Os pagamentos a serem realizados pela Companhia estão condicionados à comprovação pelo Município dos gastos realizados com o Programa DRENURBS.

Notas Explicativas**26. Compromissos**

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de março de 2011:

Contratado	Valor	Data da Assinatura	Prazo em dias (1)
Egesa Engenharia S/A.	42.121	13/09/2010	1.080
Prefisan Ltda.	36.869	05/02/2010	540
SONEL Soc. Nacional Elétrica Hidr. Ltda.	23.650	11/08/2010	540
Construtora R. Fonseca	22.731	30/06/2009	1.080
Consortio Ecosan	19.642	01/10/2010	600
Socienge Construções Ltda.	16.707	05/02/2010	840
Prefisan Ltda.	13.675	24/05/2010	720
Concremat Engenharia Ltda.	13.632	03/05/2010	720
SONEL Soc. Nacional Elétrica Hidr. Ltda.	11.662	03/02/2010	540
CFL – Construtora Ferreira Lima Ltda.	7.509	08/02/2011	720

1) Contados a partir da data fixada na primeira ordem de serviço.

Na renovação ou revisão de alguns contratos de concessões, a Companhia assumiu compromissos de participar financeiramente de obras de esgotamento sanitário e de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras. Das obras executadas, aquelas pertencentes aos logradouros públicos (canalização de córregos, avenidas sanitárias) são tratadas como ativos intangíveis sob o título ‘direito de exploração de concessões’, e amortizadas no prazo remanescente da concessão. Os interceptores de esgoto são incorporados ao intangível da Companhia.

Os principais valores comprometidos estão relacionados aos seguintes municípios:

Municípios	Valores		% realização
	Empenhados	Realizados	
Betim	80.286	73.521	91,57
Belo Horizonte	170.000	-	-
Contagem	81.363	79.973	98,29
Montes Claros	121.941	60.706	49,78
Ribeirão das Neves	86.411	70.977	82,14
Teófilo Otoni	54.360	-	-

Notas Explicativas

27. Política de Seguros

A Companhia e suas subsidiárias contrataram serviços de Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e/ou Administradores de Sociedades Comerciais, visando garantir indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas, no exercício de suas funções.

A Companhia não possui contrato de seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações e/ou instalações, na data de encerramento das informações trimestrais do trimestre findo em 31 de março de 2011.

28. Exigibilidade do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

De acordo com a Lei Estadual nº 9.944, de 20 de setembro de 1989, e o Decreto Estadual nº 38.104/96, a Companhia passou a ser contribuinte do ICMS, em regime especial, incidente sobre o fornecimento de água canalizada, tendo efetuado o recolhimento de tal imposto nos anos de 1989 a 1991. Em 1991, a Companhia suspendeu o referido recolhimento em decorrência de decisão liminar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 567-7, que determinou que tal cobrança necessitaria de lei específica que a instituísse. A referida ADIN foi declarada prejudicada por perda de objeto, e esta questão foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.224, publicada em 21 de março de 2007, cuja decisão definiu que o fornecimento de água tratada a consumidores finais constitui prestação de serviço público essencial, por expressa determinação constitucional. Entretanto, como o mérito da ação ainda não foi julgado, e muito embora existam manifestações do STF e do STJ, bem como reiterado entendimento da jurisprudência mineira, no sentido de que não haveria incidência do ICMS no fornecimento de água potável por empresas concessionárias desse serviço público, até o presente momento não há um entendimento definitivo do Poder Judiciário. Em razão da suspensão do recolhimento, o valor do referido imposto não está atualmente inserido no cálculo de tarifas da Companhia, não sendo cobrado dos clientes e, tampouco, repassado ao Governo Estadual bem como inexistente qualquer autuação por parte da Fazenda Estadual que justifique constituição de provisão para o referido imposto.

29. Fato Relevante

A Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – ARSAE-MG, autorizou, em 23 de março de 2011, reajuste tarifário de 7,02% dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, a vigorar a partir de 23 de abril de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório Sobre a Revisão de Informações Trimestrais

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não tenham sido elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não tenham sido elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa 28, a partir de 20 de setembro de 1989, a Companhia passou a ser contribuinte, em regime especial, do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS, relativamente ao fornecimento de água tratada. De acordo com a opinião de seus assessores jurídicos, para consecução da referida cobrança seriam necessários atos normativos específicos regulamentando o assunto. Até o presente momento, não há nenhuma definição por parte do Poder Executivo Estadual quanto aos critérios de cálculo e exigência de cobrança do referido imposto; bem como, este não é inserido no cálculo de tarifas da Companhia. Conseqüentemente, o referido imposto não vem sendo cobrado dos consumidores e também não vem sendo provisionado pela Companhia ou repassado ao Governo Estadual.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 10 de maio de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S/S
CRC 2SP015199/0-6-F-MG

Flávio de Aquino Machado
Contador CRC - 1MG 065.899/O-2

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Formatação dos arquivos referentes ao Relatório de Administração/Comentário Desempenho e Notas Exp.